

O FÔLEGO GREVISTA

As greves operárias em São Paulo entraram na quarta semana de duração, revelando o fôlego dos trabalhadores em exigir aumento salarial. Agora foi a vez de Osasco, a cidade onde em 1968 ocorreram greves com ocupação de fábrica e muita repressão militar. Na indústria Brown Boveri, 3300 operários se recusaram a trabalhar, rejeitaram várias propostas dos patrões e arrancaram 15%. Também foram atingidas: Cobrasma (4700), Braseixos (2250), Forjaço (500). Outras fábricas, na capital paulista e no ABC: Bombril, Kubota Teko, Metalúrgicas Barbará, Máquinas Guteman, Sulzer Weiss, Chrysler, Mannesmann, Ádria, enfim, um pipocar cotidiano e imprevisível.

As represálias já começaram. Na Taunus, de Diadema, cinco grevistas foram dispensados por "justa causa". Em Barueri, na Metalúrgica Niehoff Herborn, o mesmo ocorreu com outros seis. Na DF Vasconcelos, o número foi de dois. Ainda sem confirmação, falava-se em 152 demitidos na Resil (Pág. 2).

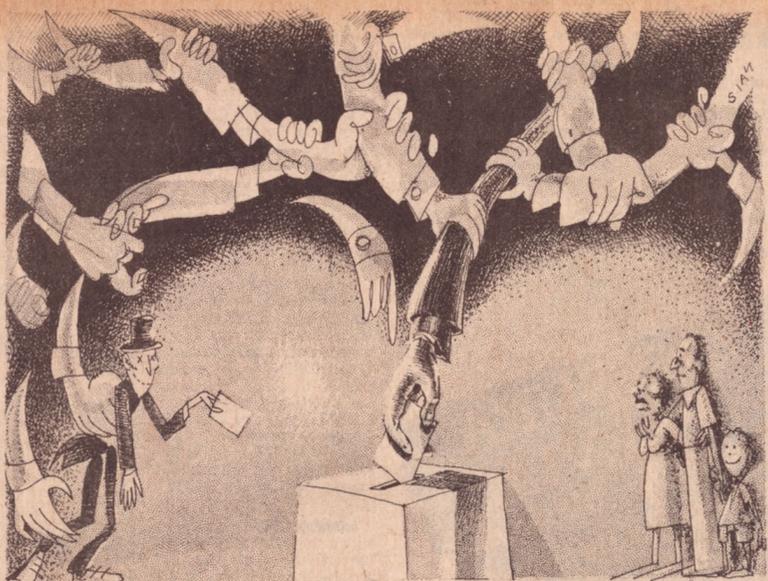
Em detalhes, EM TEMPO relata uma greve ocorrida na empresa Caio, fabricante de carrocerias de ônibus, cujo motivo foi um acidente de trabalho que matou o lixador José de Oliveira, 40 anos, casado, três filhas pequenas e morador da periferia de São Paulo. No seu enterro compareceram 800 trabalhadores. (Pág. 12)

E a experiência da paralisação na Brown Boveri, de Osasco, é descrita e avaliada, num depoimento detalhado de um dos operários da multinacional. Também a greve da Villares, de São Bernardo, é assunto de outra reportagem. (Pág. 5)



"NESSA FRENTE EU NÃO ENTRO"

Quem alerta é o deputado João Cunha (MDB-SP): a Frente Ampla pela Redemocratização, comprometida logo de cara com a candidatura de Euler Bentes, pode ser um esquema montado nos arraiais do próprio regime, visando anular outras saídas mais combativas da oposição, a exemplo do que ocorreu no passado recente. Cunha identifica Euler e Magalhães como "viúvas da exceção". (Pág.3)



PARADA DE SUCESSOS

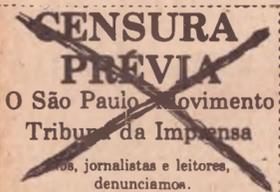
Em Brasília, no palácio, as autoridades trocam entre si homenagens: Bethlem diz que o Exército apóia Figueiredo. Num clima de fim-de-festa o governo Geisel acerta a transferência do poder ao próximo sucessor. Nos estados o vexame das convenções da Arena na "escolha" de governadores e senadores biônicos já não provoca risos: arranca sonoras gargalhadas. (Págs. 6 e 7)



GUERRILHA: DEBRAY RECONHECE SEUS ERROS.

O filósofo francês Régis Debray, que tentou sistematizar teoricamente a Revolução Cubana, foi um destacado inspirador de grande parte da esquerda brasileira nos anos 60, sobretudo através de seu livro "Revolução na Revolução"

Debray viveu dez anos na América Latina. Em 1967, na Bolívia, foi preso e condenado a 30 anos pelo Tribunal de Camiri, acusado de participação na frente guerrilheira comandada por "Che" Guevara, sendo depois libertado por ato do governo Juan José Torres, em 1970. Em entrevista exclusiva a EM TEMPO, em Paris, Régis Debray desenvolve uma revisão autocrítica de suas propostas sobre a luta armada no Continente. (Pág.9)



Acabou a censura-prévia. Quem garante? Como foi que começou "O ASTRO"

Patrões começam a demitir grevista

Já começam a surgir as represálias aos operários grevistas. Em São Paulo se sucedem as pressões. Os operários da D. F. Vasconcelos fizeram uma carta denunciando as represálias que estão sofrendo após a greve que realizaram:

"Os operários da seção de Injetores Plásticos da D. F. Vasconcelos, fábrica de instrumento ótico e mecânica de alta precisão, pararam as máquinas, pararam as máquinas revidicavam 20% de aumento e melhor controle da segurança das máquinas - que já provocaram vários acidentes graves. A diretoria da fábrica convocou os companheiros para discutir e "saber quem era o cabeça". Numa atitude policial passaram a interrogar os operários e chegar a oferecer 20 mil cruzeiros a quem denunciasses os líderes. Como os trabalhadores se negaram a "colaborar" com a empresa, esta despediu dois deles, acusando-os de encabeçar a greve. Os operários despedidos são Manoel e Tracema aos quais nos solidarizamos e prometemos seu exemplo de coragem e firmeza. - Grupo de Operários da D.F. Vasconcelos"

Por outro lado, em Diadema, segundo um operário da região: "a Resil S/A, fábrica de autopeças, despediu sem justa causa, no último dia 7, 152 operários de vários setores da fábrica, alegando que as greves prejudicaram sua produção, uma vez que houve diminuição dos pedidos de peças por parte das montadoras de veículos."

Tropas na Fiat

Enquanto pertenceu ao Governo, a Fábrica Nacional de Motores sempre encaminhou as soluções de seus atritos com os metalúrgicos de forma violenta. Considerada área de segurança nacional a partir de 64, sua diretoria contou sempre com tropas do Exército nas tarefas de repressão e intimidação, inclusive recentemente, véspera de ser vendida para a Fiat Diesel, italiana, no ano passado. Seus 11 mil operários esperavam que a troca de roupas das Forças Armadas. Tat, no entanto, não ocorreu.

Em meio às greves do ABC, os metalúrgicos fluminenses foram surpreendidos com duas visitas pouco rotineiras em fábricas de automóveis: a primeira de soldados do Exército, logo nos primeiros dias de greve; a segunda às vésperas da entrada, na greve, dos operários da Volks, de fusíveis navais. As chefias de seções tentaram justificar as presenças militares dizendo que eram meras visitas. Os operários, no entanto, liaram a uma cena que todos presenciaram no início do ano, numa das saídas de turnos: enquanto pegavam seus ônibus para voltar para casa, assistiram à descida, de um bosque em frente à fábrica e dentro de seus limites, de tropas do Exército vestidas com uniformes da campanha.

As manobras intimidatórias destas tropas não coincidem apenas com as greves do ABC mas com um crescente movimento reivindicatório dentro da própria Fiat. Nos últimos seis meses, seus operários fizeram duas grandes greves e dezenas de paralizações parciais e operações tartarugas, exigindo aumento coletivo. Na última greve, a empresa prometeu aumento para todos e até agora não cumpriu. Os operários aguardam o pagamento deste mês (que deve sair na sexta ou na segunda-feira) dispostos a pararem mais uma vez. Corre, na fábrica, uma lista com nove reivindicações, sendo que as principais são: abono de 20 por cento, salário calculado em 240 horas de trabalho por mês (e não em 173, como atualmente) e ônibus gratuitos para levarem os operários até Caxias, na Baixada Fluminense. (Sucursal do Rio de Janeiro).

Em meio às greves do ABC, os metalúrgicos fluminenses foram surpreendidos com duas visitas pouco rotineiras em fábricas de automóveis: a primeira de soldados do Exército, logo nos primeiros dias de greve; a segunda às vésperas da entrada, na greve, dos operários da Volks, de fusíveis navais. As chefias de seções tentaram justificar as presenças militares dizendo que eram meras visitas. Os operários, no entanto, liaram a uma cena que todos presenciaram no início do ano, numa das saídas de turnos: enquanto pegavam seus ônibus para voltar para casa, assistiram à descida, de um bosque em frente à fábrica e dentro de seus limites, de tropas do Exército vestidas com uniformes da campanha.

As manobras intimidatórias destas tropas não coincidem apenas com as greves do ABC mas com um crescente movimento reivindicatório dentro da própria Fiat. Nos últimos seis meses, seus operários fizeram duas grandes greves e dezenas de paralizações parciais e operações tartarugas, exigindo aumento coletivo. Na última greve, a empresa prometeu aumento para todos e até agora não cumpriu. Os operários aguardam o pagamento deste mês (que deve sair na sexta ou na segunda-feira) dispostos a pararem mais uma vez. Corre, na fábrica, uma lista com nove reivindicações, sendo que as principais são: abono de 20 por cento, salário calculado em 240 horas de trabalho por mês (e não em 173, como atualmente) e ônibus gratuitos para levarem os operários até Caxias, na Baixada Fluminense. (Sucursal do Rio de Janeiro).



A Seleção da morte

Aos trinta e nove minutos do segundo tempo do jogo Brasil x Espanha Julio Gomis deu um muro na mesa, correu até sua casa e tomou a última dose de cachaça com veneno. Morreu ao entrar no hospital. José Carlos da Rocha, 18 anos, Baixada Fluminense, ganhou dois furros no rosto, depois de discutir modificações na seleção com um tal de "Cabeção". Morreu. Um senhor de trinta anos foi internado numa clínica em Barra Mansa, quando ameaçava atirar-se de uma ponte sobre o rio Paraíba: "Não fico mais neste mundo pra ouvir o Coutinho falar".

Mas o capitão Coutinho não foi poupado. Foi certo que não Rio um cortejo acompanhando uma kombi com o caixão, vigiado pela polícia, parou o trânsito nas ruas do centro. Várias pessoas da pequena cidade de Santo Angelo (RS) fizeram o mesmo, além de pedirem a cabeça de Heleno Nunes: "Fora, Velho Marujo!". Os argentinos também assistiram o enterro de Coutinho, realizado por 200 torcedores brasileiros. Sem falar nos diversos telegramas enviados a Mar del Plata, protestando contra o selecionado e seu técnico.

Circula nos bastidores que o capitão Coutinho seria convidado por Heleno Nunes a voltar para o Brasil enquadrado na lei "antidoping": introduziu em Mar del Plata quase duas dezenas de drogas (19), com exceção dos apadrinhados Zico, Dirceu, e Roberto Dinamite.



Briga por transporte

Mais de 600 moradores de 22 bairros da região industrial de Belo Horizonte estiveram reunidos em assembleia, no domingo, dia 4, para apresentar às autoridades e aos representantes da única empresa de transportes que serve aquela região (Empresa Barreiro de Cima), sua principal reivindicação: melhoria nas condições de transporte.

"Essa assembleia não surgiu por acaso", como diz o texto elaborado pela Comissão Permanente de Melhoramentos dos Transportes: para conseguir suas melhorias, os moradores dos bairros formaram as associações que lutam pelo interesse geral da comunidade. A partir daí começaram a se encontrar com os outros bairros e viram que seus problemas eram comuns, daí resolveram fazer uma reunião que seria pra discutir esses problemas".

Nestes bairros não existem nenhum serviço de infraestrutura: na maioria falta água encanada, grupos escolares, postos de saúde, esgotos calcamento e até luz. Mas numa reunião prepara-

Tempo quente na Unisinos

O intenso frio na noite do dia 19 não foi suficiente para impedir a assembleia geral dos estudantes da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS - a mais nova, e já a maior Universidade em número de alunos no Rio Grande do Sul. A Unisinos é uma universidade jesuíta localizada na Região Metropolitana de Porto Alegre que tem crescido rapidamente e com essa expansão, os problemas vividos por seus alunos. Assim, não foi surpresa que quase mil alunos reunissem-se na entrada do Novo Campus, na periferia da cidade de São Leopoldo, para discutir seus problemas, ainda que a tradição de entidades estudantis em seu interior seja muito pequena.

A maioria de seus alunos vem de Porto Alegre e de outras cidades da Grande Porto Alegre e de outras cidades mais distantes ainda. Um aluno que more em Porto Alegre só em transporte direto para a Unisinos gasta no mínimo Cr\$ 400,00 por mês. Somando-se a isso os Cr\$ 844,00 por disciplina semestral, o ensino torna-se proibitivo para a maioria da população ou então uma despesa que exige dos alunos um esforço redobrado em trabalho ou a sua família.

Se isso não bastasse, o péssimo transporte oferecido pela empresa que monopoliza o transporte para o Campus e os preços exorbitantes cobrados pelo ensino, os alunos da Unisinos agora estão às voltas com um possível aumento no valor das matrículas para o segundo semestre e um crescente cerceamento à participação estudantil. Marco Antonio Amaral, presidente do D.A. do Centro I (área humanística), denunciou à assembleia não só a proibição ao jornal do DA, "Contra a Corrente", por parte da Reitoria, como as ameaças diretas e escritas aos membros da entidade de que não conseguirão matrícula no próximo semestre caso contrariem as atitudes da Reitoria. (Sucursal de Porto Alegre)

Uma dupla sensação de alegria e preocupação tomou conta das redações da Tribuna da Imprensa, do Movimento e de O São Paulo na tarde de última quinta-feira. Telefonemas da Polícia Federal informavam que a censura previa ia acabar, a partir da próxima semana.

A conduta da Polícia Federal variou de caso para caso mas na essência foi a mesma. Do mesmo jeito que chegou, sem explicações, a censura foi embora.

No O São Paulo, o funcionário que costuma levar as matérias até a Polícia Federal todas as semanas, desta vez voltou com uma novidade. Em recado escrito, pedia-se que alguém do jornal ligasse para um tal de Richard, na PF. "Daqui para a frente vocês não precisam mais mandar os originais para a censura", disse o misterioso sr. Richard por telefone aos redatores de O São Paulo. "Ele disse que não podia falar mais nada e que havia recebido instruções superiores sobre a suspensão da censura previa", conta irmã Maristela, diretora do Departamento Jornalístico da Fundação Metropolitana Paulista, mantenedora do jornal. "Recebemos a notícia com muita alegria", acrescentou.

Na Tribuna da Imprensa a coisa foi um pouco diferente. Hélio Fernandes tomou um susto quando na 4ª feira os censores não foram "trabalhar". Há 10 anos a Tribuna sofre a censura previa mais ostensiva do País, feita no próprio jornal. Na 5ª feira, a redação recebeu teleograma anônimo, da Polícia Federal, dizer lo que a partir dessa data a censura estava suspensa. Hélio, escolado pela longa convivência forçada com os censores, recebeu a notícia "com alegria, mas

Encontro na marra

Liberdade de organização é conquistada. O I Encontro foi realizado! Esta foi a resposta dada pelos estudantes mineiros contra a tentativa de impedir a realização do I Encontro Estadual de Estudantes, no último dia 5, em Juiz de Fora. Na verdade o Encontro teve de ser realizado no dia 4, em vista do recesso de 48 horas decretado pelo reitor da UFJF - Sebastião de Almeida Paiva, o que eliminou a possibilidade de se realizar o Encontro no campus universitário.

Nem mesmo a presença de policiais do DOPS de Belo Horizonte e a identificação que a polícia estava fazendo na entrada da cidade, anotando as placas dos carros e os nomes de seus ocupantes, impediu o acesso dos estudantes daquela cidade. Após 5 horas de reunião os 150 estudantes presentes (ao todo 59 entidades) aprovaram a criação da Comissão Pró-União Estadual dos Estudantes (UEE-MG), formada por todas as entidades do Estado. Foi deliberado também que será realizado na primeira quinzena de setembro o II Encontro, provavelmente em Belo Horizonte.

Oposição bancária

Encontra-se em fase de organização um movimento de oposição ao Sindicato dos Bancários de São Paulo. Em cima de quatro itens básicos: contra o Arrocho Salarial, pela Liberdade Sindical, pela Democracia, pela Independência do Sindicato e Organização pela Base; cerca de 60 pessoas discutem as formas de atuação dentro do Sindicato. Partindo da necessidade de uma oposição não só à atual diretoria do Sindicato, mas também, e principalmente, à estrutura sindical que limita as possibilidades dos trabalhadores levarem adiante suas lutas, esse grupo prega a necessidade de se organizar os bancários pela base para que seja conquistada a democracia dentro do sindicato, o que permitiria romper as limitações impostas pela CLT.

Concretamente, algumas tarefas já se encontram em andamento. A primeira delas é a campanha pela sindicalização, através da qual se discute com o novo sócio o sindicato e sua atuação. A segunda é a denúncia sistemática das pressões, e até demissões, que sofrem os bancários (principalmente da rede particular) que participam da vida sindical. A terceira, em andamento, é a luta pelo aumento imediato de 20% à categoria, tomando o exemplo dos trabalhadores do ABC e Osasco. Em andamento, também, encontra-se a construção de uma chapa de oposição, para concorrer às próximas eleições da entidade dos bancários. (J.V.)

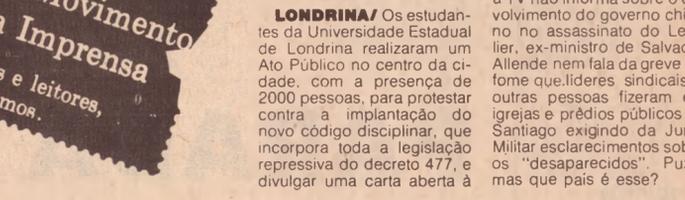
Censura-prévia chega ao fim. (Quem garante?)

com muitas reservas não sei o que está se passando e a censura pode voltar a qualquer momento".

No Movimento, pintou um telefonema às 16h30 da quinta-feira. Uma pessoa que se identificou como Richard Block avisou que não precisavam mais mandar as matérias para Brasília. Rai-

com muitas reservas não sei o que está se passando e a censura pode voltar a qualquer momento".

No Movimento, pintou um telefonema às 16h30 da quinta-feira. Uma pessoa que se identificou como Richard Block avisou que não precisavam mais mandar as matérias para Brasília. Rai-



Assine EM TEMPO:

Nome Profissão

Endereço Bairro

Fone Cidade Estado CEP

End. Comercial Horário Fone

Estou enviando o cheque nº do Banco em nome da Editora Aparte S/A

Rua Bernardo Guimarães, 1884, Lourdes, Belo Horizonte (MG), CEP 30.000. Em São Paulo: Rua Matheus Grou, 57, Pinheiros, São Paulo, (SP), CEP 05415. Fone 853-6680.

Anual Cr\$ 500,00 Semestral Cr\$ 250,00

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluísio Marques, Alvaro Caidas, Antonio Carlos Carvalho, Antonio de Pádua Prado Jr, Antonio Sérgio de Souza, Bernardo Kucinski, Cláudio Câmara, Emílio José, João Batista Mares Guia, Jorge Baptista, Marcelo Beraba, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Tibério Canuto, Fausto Brito (Conselheiro-Presidente) - Suplentes: Carlos Tibúrcio, Flávio Andrade, Antonio Espinosa, Eduardo Fernandes, Flaminio Fantini.

DIRETORES: Antonio de Pádua Prado Jr, Flaminio Fantini, Jorge Baptista, Robinson Ayres, Tibério Canuto (Diretor-Presidente).

Secretário de Redação: Carlos Moreira.

Produção e Secretaria-Gráfica: Paulo Roberto M. Borges

Editor-Geral: Jorge Batista.

EDITORIAS Internacionais: Carlos Tibúrcio (editor) Carlos Eduardo Matos e Lionel Almeida (Sub-editores), Altair Moreira, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Veiga, Maria Cristina Plau, Marion Frank; **Nacionais:** Bernardo Kucinski (editor), Antonio Espinosa, Carlos Savério, Eduardo Fernandes, Flávia Resende, Gerardo Nascimento, José Luiz, Maria Moraes, Ottoni Fernandes Jr, Paulo Sérgio Coutura; **Aracaju:** Maria Rita Kehl e Sérgio Squilanti (editores), Aguiardo Meyer, Arnaldo Xavier, Claudio Camargo, Edmur Gomes, Ethel Leon, Fátima Diniz, Flávio Aguiar, Gil berto Morgado, Nadine Habert, Paulo Nassar, Sérgio Ali.

Arte: João Bosco L. Brandão, Sérgio L. Papi (diagramação); Beto Maringoni, Duto Bicalho, Zezo (ilustração); Ennio Brauns F.; João Roberto Martins F.; Niels Andreas (fotos).

Revisão: Alfredo Maria Camilo de Souza, Rubens Adorno.

Arquivo-Pesquisa: Luis Gabriel de Pieri, J. Moura Marinho, Maria Quinteiro, Silvestre Prado.

SUCURSAIS

Brahília (I.C.S. - Edifício Maristela, s/1103): Marco Antonio, Marina Jurez, Rita de Cássia, Recife (R. Anibal Falcão, 127 - Frações): Sérgio de Souza, Cecy Prestello, Otávio Mindelo (coordenação), Fred Navarro, Paulo Santos, Retecac Scatru, Alzira Medeiros, Eliane Veloso, Hilton Almeida, Marina Lima, Maria Everaldo, Paulo Magalhães, Riva M Nogueira (administração). **Belo Horizonte** (R. Bernardo de Guimarães, 1884): Alberto Duarte (chefe da sucursal), Edgar da Mata-Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Flávio Andrade, Haroldo Quinto, Henrique de Oliveira, João Antonio de Paulo, João Machado, Lúcio Santos, Máizé Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Barcala, Paulo Vilara, Ricardo Rabelo, Sérgio Aspahan, Virginia Pinheiro (redação), Mariza Aracaju (adm.istração). **Curitiba** (R. José Loureiro, s/1203 - Edifício Mauá): Paulo Sá Brito, Reinoldo Atem. **Porto Alegre** (Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20): Ana Baroros Pinto, Gerson Schirmer, Jandira César, Jorge Garcez, Letícia Menezes, Marcelo Matte, Marcelo Lopes, Paulo Fogaca, Rejane Fernandes, Antonio Dias, Emílio José Dalton Godinho, Oldack Miranda, Lina Maria, **Rio de Janeiro** (R. da Lapa, 200 - s/408): Adauto Novaes, Alan Albuquerque, Antonio José Mendes, Bernardo Karan, Carlos Alberto Baia, Cláudio Câmara, Claudio Cardoso, Clotilde Hass-mann, Fernanda Coelho, Jamir de Meneses, Jorge Ricardo Gonçalves, Luis Merelles, Lígia Bahia, Luis Antonio de Aguiar, Luis Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Marcos Arão Reis, Margarida Aurturan, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Olga D'Arc Câmara, Orlando Guilhon Braga, Regina Maria Braga, Ricardo Lessa, Sérgio Fregia, Sueli Caldas.

ESCRITÓRIOS

Aracaju (SE): David Dantas, Campinas (SP): Fátima B. Costa, João Roberto Martins F., Renaldo Barros, Fortaleza (CE): Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio de Paula, Rogério Araujo (arr. redação), Daniel Santos, José Sarava Jr., Vinício Araujo (administração e distribuição), João Pessoa (PB): Aurélio Aquino, Geraldo de Araújo, Manuel Campus, Natal (RN): Cicero Correia, Francisco de Assis.

Administração São Paulo: Anilton Pinheiro, Aparecida Barbosa da Silva, Edvaldo Luiz Silva, Elvira Oliveira, João Carlos Leme, Nilo Sérgio Diniz, Samira Zaidan, Hélio Gomes.

Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhalgh, Marcia Ramos de Souza (São Paulo); Arnaldo Afonso Barbosa (Belo Horizonte); Ademio Oliveira (Salvador).

Diretor-Responsável: Robinson Ayres.

EM TEMPO uma publicação da Editora Aparte S/A - Rua Bernardo de Guimarães, 1884 - Lourdes (Belo Horizonte) Redação: Rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros (São Paulo) - CEP: 05415 - Telefones: 280479 e 8536680. Pinheiros - Composto e impresso nas oficinas da PAT - Publicação e Assistência Técnica Ltda. Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412 - Pinheiros (SP) - Telefone: 8537461. Distribuição: Fernando Chinaglia Distribuidora S/A, Rua Teodoro da Silva, 907 (RJ) - Telefone: 368-9112. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do jornal.

As viúvas da exceção

(Euler Bentes e Magalhães Pinto, segundo o deputado federal João Cunha, MDB-SP)

O deputado federal pelo MDB, João Cunha foi um dos dez deputados mais votados nas eleições de 1975. Agora é candidato à reeleição por São Paulo. Ultimamente tem se destacado por negar a participação do MDB nas eleições indiretas, bem como questionado o apoio à Frente Ampla pela Re-democratização. "Eu tenho muito medo dos jogos do sistema, porque no ano passado quando o MDB lançou a Constituinte eles estabeleceram a palavra mágica diálogo. Esse ano... surge a palavra mágica Euler Bentes... a palavra mágica frente ampla e democrática... na hora que a gente propuser uma revisão agrária, o senhor Euler pula fora", disse ele nesta entrevista para EM TEMPO.

EM TEMPO - Como você está vendo o processo de formação da Frente pela Redemocratização com Magalhães e Euler?

João Cunha - Não sou contra uma frente ampla e democrática, uma frente de que participem em termos de reivindicações e de soluções de problemas as massas trabalhadoras brasileiras, porque senão nós não teremos frente nem ampla nem democrática. Mas não acredito em frentes nascidas em gabinetes, de conchavos com as viúvas da exceção. Não admito uma frente que estabeleça como meta apenas a volta a um estado liberal. Quando reivindicamos o estado de direito, temos que saber de que se trata. Fundamentalmente, o pacto de 46 não estabeleceu regras que dessem suporte à problemática social surgida com os anos 50 e 60, que foram os grandes anos de industrialização e formação definitiva do operariado urbano, anos que definiram o novo tipo de operário da empresa rural, que é o boia-fria. E este pacto e o que está pretendendo a chamada frente ampla, e um novo pacto que reedite 46.

O erro inicial daqueles que se propuseram a organizar uma frente ampla foi terem partido da premissa de uma candidatura. Evidentemente, se surgir uma frente para efeito de derrubar os muros do autoritarismo, devemos participar, desde que englobe operários do campo e da cidade, que englobe intelectuais, artistas, cientistas, elementos das chamadas classes médias, visando um novo pacto social, mas não um pacto que venha de encontro aos

interesses imperialistas, ou aos interesses capitalistas nacionais. Este novo pacto tem que ter em mente e como principal interesse a figura do trabalhador brasileiro.

ET - A justificativa se dá: diz-se que qualquer preço pode ser pago pelo retorno ao estado de direito, a redemocratização. Neste sentido a articulação em torno da frente ampla, apesar de ser uma articulação de direita, é posta como aquela que no momento pode conduzir mais rapidamente à derrubada do governo. Como refutar tais argumentos?

J.C. - Pois bem, eu acho que o governo pode estar fraco, mas o regime econômico que aí está, em que pese com suas contradições, é forte. Eu acho que qualquer passo deve ser dado obedecendo ao critério da história. A história não tem pressa. Não podemos fazer da nossa vida a referência para a história, se a burguesia, se são segmentos da burguesia que têm pressa é um problema da burguesia e um problema da classe média. E o passo que nós queremos dar agora, que visa a derrubada do estado de direito tem que ser muito qualitativo, sob pena de apressando a coisa encontrarmos o desaguadouro de um estado liberal que não responderá os problemas sociais da nação e, dentro de um ano ou seis meses poderemos ter um retrocesso político que nos leve a viver outro tanto sob o tacão da espada.

ET: O MDB também não possibilita esse avanço das forças populares.

Como se justifica a participação do MDB enquanto frente?

J.C. - O MDB tem que ser usado agora neste processo eleitoral. Devemos transformar o MDB no instrumento desta frente, unindo Fernando Henrique Cardoso, igreja, setores estudantis, alguns setores da classe operária, junto com o MDB nesta luta. O programa do MDB já é um programa mínimo que soma um mosaico de oposições. Quem não aceita sequer o programa mínimo do MDB não é democrata.

ET: Então é a hora de uma proposta alternativa?

J.C. - De uma proposta alternativa de aprofundamento, não só partidária como político-eleitoral, político-econômica, político-social.

ET: Como o MDB pode fazer isto?

J.C. - O MDB somado numa frente ampla. Somado com todos os segmentos da sociedade que possam, unidos dentro do instrumental que existe já identificado pelo povo com sigla identificada pelo povo, com os martírios já vividos, com carnes que lhe foram arrancadas nas cassações, exílios e bani-



mentos. O MDB tem uma tradição no povo brasileiro. É só perguntar em qualquer ponto do território nacional. O MDB como bandeira para que as frentes possam fazer uso dela em termos de um trabalho comum.

ET: Mas o problema que se coloca é a perspectiva de o MDB desde já assumir o governo federal com Euler ou Magalhães. E governos estaduais, pois está se colocando a perspectiva de lançar candidaturas para governos estaduais. Como fica?

J.C. - Eu não acho que as forças armadas sejam a salvação da nação. Eu acho que as Forças Armadas existem



para defender a soberania externa e a paz interna, e isto em um sentido lato, num estado democrático-liberal. Eu não acho que seja possível um putsch, derrubando o governo amanhã. Se é tão fácil um putsch é só pedir pro Geisel sair, não precisa participar do processo eleitoral. Eu acho que num ano eleitoral nós vamos nos arriscar, se lançarmos uma candidatura Euler Bentes no MDB. E o MDB pode caminhar para esta besteira. Se perdermos homologamos o processo a nível federal, legitimamos e retificamos para o plano interno e externo e, pior que tudo, perdemos nossas bandeiras. Eu soube que as reformas do governo vêm inclusive precedidas de anistia restrita, mas vêm. O governo vai jogar anistia, revogação do AI-5 e do 477 e possivelmente a revogação da Lei Falcão. O que vai sobrar para esta oposição sustentar? E vão restabelecer um estado de direito vagabundo, liberal, e nós vamos ter que engolir. Pois bem, acredito numa frente que seja ampla, democrática, mas que se proponha não a partir para esquemas de candidaturas.

ET: E os dez pontos programáticos do MDB?

J.C. - São dez pontos do MDB, da frente ampla, portanto valem. Mas são muitos gerais, servindo de capa pra tudo. Ninguém questiona o problema da terra, intocado a 400 anos neste país e que marginaliza 60 milhões de seres humanos aqui. Então o pessoal diz que nos temos que ter o primeiro passo. Qualquer passo que quiser ser dado em termos consequentes e que queira a adesão das massas trabalhadoras brasileiras tem que pensar nelas.

Pois bem, nós vamos assumir o poder amanhã? A ditadura vai entregar o poder? Não acredito. Na história isto não tem registro. Eu perguntei o outro dia para um enviado de Euler quantos canhotos ele tinha, com quantas baionetas ele contava e ele me disse que com nenhuma, mas contava com simpatias. Com simpatia não se faz derrubada de governo. Euler pode somar, é competente, de valor, etc. Agora, eu gostaria de saber o que o fez mudar, depois da reforma, porque todo general depois que põe o pijama vira liberal, democrata e repudia tudo o que fez no passado. Eu me espanto com este pessoal quando põe pijama.

O engraçado é que quando ele veio contar a oposição ele procurou o que a gente chamaria de esquerda para depois chegar ao centro. Eu tenho muito medo dos jogos do sistema, porque o

ano passado quando o MDB lançou a Constituinte eles estabeleceram a palavra mágica do diálogo. Esse ano, quando estamos entrando num ano eleitoral e o MDB está, segundo pesquisas, ganhando em todos os Estados, surge a palavra mágica Euler Bentes, e surge a palavra mágica frente ampla e democrática, se a gente propuser uma revisão agrária, o senhor Euler pula fora.

ET: Mas dois terços do MDB também pulam fora.

J.C. - Nem tem dúvida, mais que isso, muito mais que isso.

ET: Outro ângulo que eu queria te colocar é que a tua alternativa programática não condiz com as possibilidades do MDB?

J.C. - Quem não tiver com isso está com o esquema de democracia liberal burguesa e eu acho que a nação não suporta mais isso.

ET: E como levar isso sem uma diferenciação dentro do MDB?

J.C. - Quando você pega o capítulo do programa do MDB sobre a terra, lá o MDB fala em reforma agrária e falando nisso propõe a formação de cooperativas. Entende? Isto já é uma forma da gente começar a entrar nessa discussão.

ET: E a questão do Partido Socialista nesta conjuntura, seria pertinente?

J.C. - Quando falo em revisão agrária com a participação dos camponeses no processo de produção, quando falo na revisão da estrutura das empresas urbanas com participação do operário no processo produção, quando falo na estatização da rede de ensino do país com a formação de fundações dirigidas por professores e estudantes, estatização da indústria farmacêutica do país, implantação da medicina preventiva, intervenção do Estado nos setores básicos da produção, democratizada a máquina estatal, nesse medida vem a questão do Partido Socialista. E o PS tem que ser pensado consequentemente, em termos de programa. Nós não podemos impor um projeto, temos que debater um programa que responda as expectativas do povo brasileiro. Nesse sentido todo movimento de estruturação de um partido tem que começar urgentemente a ser trabalhado e pensado, para o momento de depois; eu já não estou preocupado com o agora, a ditadura está no fim, a revolução de 64 acabou.

Entrevista a José Luiz Nadai e Maurício Coutinho

CONJUNTURA/DEBATE

Os cristãos novos da democracia

Eduardo Fernandes

Como apoiar uma Frente com objetivos tão reduzidos? Valerá a pena arriar desde já as bandeiras democráticas verdadeiras para encurtar o caminho da conquista da democracia? Quem nos assegura que por aí chegaremos lá mais depressa? E mais, se os de cima estão temerosos de que a insatisfação popular os faça perder os anéis, porque seremos nós aqui embaixo a darmos os dedos, a mão e o braço?

As convenções estaduais da Arena, no último domingo, embora homologando a maioria dos candidatos indicados por Brasília, revelaram que a partilha dos postos executivos estaduais e a distribuição das senadorias bionicas, não foram suficientes para satisfazer os grandes oligarcas e caciques locais.

Dissidências rebeldes? Nada disso. O descontentamento existente nas hostes do partido do governo é apenas um reflexo mais da profunda crise que atinge os donos do poder. Os rígidos mecanismos de participação nos negócios do Estado, que é fruto da própria natureza do regime, vão se mostrando incapazes de satisfazer o apetite e a gula de todos os setores das classes dominantes que exigem uma fatia maior de poder político. Poder exercer influências junto a algum ministério para obter franquias ou créditos para os seus negócios, não pode ser, na opinião de certos capitães da indústria, privilégio de alguns Atalhas da vida. Principalmente quando os negócios não correm muito bem. Como é óbvio, não se trata de impor a moralidade, mas sim que todos possam se locupletar nas tetes gordas do Estado.

Por isso descontentamentos e clamores de muitos empresários para que se imponham regras mais "democráticas" nadisputado tráfico de influência política. Tornam-se cada vez mais frequentes. Não tão mais além as suas aspirações democráticas.

Se estas dissensões ainda não abalaram profundamente o regime, embora sirvam para o seu desgaste, é cada vez mais significativo o seu crescente divórcio das classes populares. Sua identidade com os interesses dos grandes senhores da indústria e das finanças é uma realidade difícil de ser escondida. Em contrapartida, a impopularidade cada vez maior do governo é fruto das condições de vida cada vez mais degradantes que são impostas à grande maioria da população.

Mas nem tudo permanece como antes no reino de Abrantes. Ai estão os operários paulistas transformando em letra morta a lei 4.330. De que serve o 477 frente as entidades estudantis reconstituídas por força do próprio movimento estudantil? Para citarmos apenas dois exemplos.

Face a tudo isso, o governo pergunta-se hoje como refazer sua legitimidade, sem a qual a sua própria existência se converte em constante instabilidade política. No seu pensamento, futuras eleições parlamentares, bem como as reformas do senador Portela deveriam conferir ao regime um novo alento e uma nova legalidade, que permitissem conter a aspirações democráticas da

sociedade. Contudo, é sabido que isto não passa de um ledo engano.

Por um lado, nem governo, nem Arena, poderão esperar nas eleições de novembro mais do que outra retumbante derrota. Por mais que Geisel procure estimular os seus fiéis correligionários, as deserções e as dificuldades que o partido vem enfrentando para formar suas listas de candidatos são uma demonstração de que ninguém acredita em se eleger agitando bandeiras de realizações governamentais. Que realizações? Os projetos faraônicos tipo ferrovias do aço ou os papagaios que o BNDE vai acumulando para salvar alguns capitalistas da insolvência?

Por outro, as reformas do senador Portela já não sensibilizam nem o mais tacanho liberal. Se o seu diálogo com alguns setores da oposição mais parecia um monólogo, hoje ele está reduzido aos estreitos limites do seu escritório no Planalto.

Consta que quando um navio está prestes a afundar, os ratos são os primeiros a sabê-lo. Muitos dos que conviviam placidamente com o regime autoritário até recentemente, e que contribuíram para a sua edificação, ai estão agora proclamando as virtudes do Estado de Direito. Mudaram os tempos ou mudaram os homens? É mais provável que tenha sido o primeiro.

As classes dominantes quando resolveram fechar o tempo face as crescentes reivindicações populares em 1964 - tendo a frente o atual senador Magalhães Pinto - visaram obstruir o avanço das conquistas populares. Passados 14 anos, a tranquilidade obtida através do cerceamento de todas as conquistas democráticas dos trabalhadores vêm se transformando num impasse político para o regime.

E quase como uma ironia o mesmo senador mineiro que conspirara ativamente para a derrubada do gov. João Goulart, toma a iniciativa de coesionar o conjunto das classes dominantes em torno de uma abertura democrática.

Com efeito a Frente Ampla pela Redemocratização tal como está sendo concebida pelos seus principais articuladores - o senador Magalhães Pinto e o general Bentes Monteiro - e uma tentativa responder ao patético apelo do senador Teotônio Vilela lançado há alguns meses atrás: "Façamos as reformas antes que o povo as faça" parafraseando o ex-presidente de Minas Gerais, Antonio Carlos.

Se para estes setores o retorno ao Estado de Direito significa uma solução

para a crise do regime e uma tentativa de impedir e isolar o avanço do movimento popular, os autênticos do MDB vêm hipotecando uma cega adesão à Frente pela Redemocratização, movem-se com intuito de obterem conquistas democráticas mais amplas, que atendam os interesses populares.

No entanto unem os seus esforços combativos aqueles que até recentemente viveram e prosperaram sob o guarda-chuva do regime autoritário, fazendo ouvidos surdos aos sofrimentos populares.

Tudo isto nos leva a crer que a atitude de mais coerente neste momento seria caminhar com um mínimo de cautela aos discursos destes cristãos-novos da democracia, e não se precipitar afoitamente em seus braços como fazem certos parlamentares autênticos do MDB.

Antes de mais nada a euforia destes parlamentares só podem ser atribuída ao cansaço e à impaciência face aos sucessivos obstáculos que se colocam à conquista da democracia. Mas revela também a falta de confiança na mobilização popular na luta contra o regime autoritário. Rapidamente esqueceram que qualquer conquista democrática só poderia ser verdadeiramente duradoura se apoiada no próprio movimento popular e for por ele sustentada. E neste caso, os atalhos, as conspirações e os conchavos palacianos pouco ou nada poderão acrescentar enquanto não for o próprio povo a erguer as bandeiras democráticas.

Os principais patrocinadores da Frente afirmam hoje que tudo aquilo que os une é o retorno ao Estado de Direito. Nada dizem acerca de uma anistia ampla, geral e irrestrita. Calam-se sobre a existência dos aparelhos repressivos responsáveis por inúmeras arbitrariedades. Nada afirmam sobre uma ampla liberdade de organização e expressão. Ou quando afirmam, fazem-no de forma limitada.

Como apoiar uma Frente com objetivos tão reduzidos? Valerá a pena arriar desde já bandeiras democráticas verdadeiras para encurtar o caminho da conquista da democracia? Quem nos assegura que por aí chegaremos lá mais depressa? E mais, se os de cima estão temerosos de que a insatisfação popular os faça perder os anéis, porque seremos nós aqui embaixo a darmos os dedos, a mão e o braço?

Ninguém nega a necessidade de uma frente de todos os setores de oposição ao regime. De todos os setores demo-

cara a cara

Revista Semestral - nº 1
Movimento Estudantil: E agora?
(Debate e entrevista)
Oposição e Democracia no Brasil
A greve de 1907 em São Paulo
Gramsci e o Conhecimento Crítico
Correspondência entre Marx e Engels e os populistas russos

150 páginas - Cr\$ 60,00

Uma publicação do Centro de Estudos
Eduardo Dias (Campinas, S.P.) e Editora
Vozes

Saiu
Cadernos
do
Presente

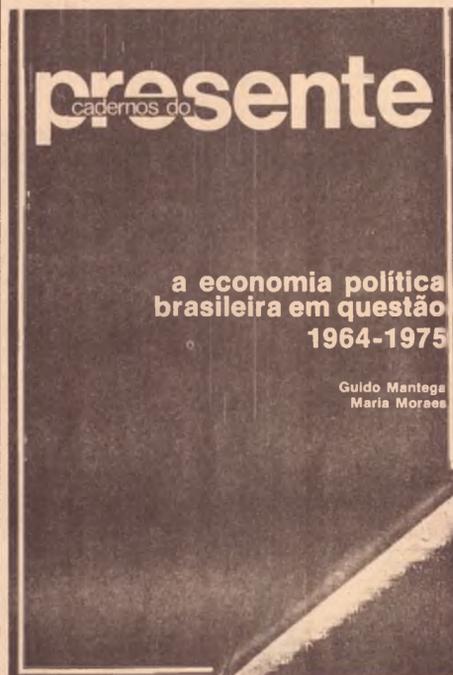
A economia política
brasileira em questão
1964-1975

por Guido Mantega
e
Márcia Moraes

Um confronto das teses dos principais teóricos
brasileiros: caio prado jr/fernando henrique
cardoso chico de oliveira/mario henrique
simonsen celso furtado/maria conceição tavares
paul singer/carlos langoni/nelson werneck
sodré alberto passos guimarães/ruy marini
andré gunter frank/antonio barros de castro
roberto de oliveira campos.

Uma publicação da Editora Aparte S/A
Rua Bernard de Guimaraes, 1884, Belo Horizonte - MG

Para receber é só enviar um cheque no valor
de Cr\$ 30,00 em nome de Editora Aparte
S/A, para o endereço acima ou para sucursal
ou escritório mais próximo de você.



Só deu Chagas no Rio

A posição do partido estava corretamente resumida lá, numa faixa bem grande: **MDB no governo, vitória do acordo, vitória do bom senso.** Correção que faltou noutra faixa, esticada nas galerias do Palácio Tiradentes, no Rio, onde o MDB realizou sua convenção regional no último domingo: **Acordo Chagas-Amaral, vitória do povo.** Não sendo do povo, que lá não esteve nem participou dos conchavos, a vitória foi mesmo de Francisco de Pádua Chagas Freitas, dono do partido no Rio, do seu parceiro no acordo, almirante Amaral Peixoto, e dos sócios menores que lá compareceram para reafirmar o retorno de Chagas ao governo do Estado.

Escolhido Chagas, a ansiedade geral era no sentido de levar a posição assumida até as últimas consequências. "Queremos tudo que temos direito. Agora, vamos partir para o biônico". E partiram. Com um recurso ao TSE pedindo o cumprimento integral do "Pacote de Abril", contra, portanto, decisão da Convenção Nacional do Partido que vetou sua participação na escolha de senadores indiretos e recolhendo assinaturas num manifesto indicando o atual suplente de Senador, Zulmar Batista de Almeida, para a bionidade. Zulmar, no entanto, está aí apenas de boi de piranha, pois o candidato de Amaral é o Nelson Carneiro, de quem Amaral tomará o lugar na disputa da vaga direta.

Vozes discordantes foram poucas. O que mais se ouvia pelos corredores do Palácio Tiradentes era o pessoal condenando "preconceitos e purismos" ao se referir à participação do MDB nas eleições indiretas. Até mesmo os "autênticos", que vinham combatendo o acordo, se renderam, em parte pela abertura do partido em participar da chamada Frente Nacional pela Redemocratização, em parte pela expectativa de conseguir legenda para seus candidatos.

De discordância mesmo uma ou outra voz isolada, sem maior expressão entre os 836 convenionais que compareceram para votar, dos 909 que estavam inscritos. Como a de um delegado de Campos, que esbravejava com um envelope na mão, lá no fundo do plenário, pronto para ser entregue ao Amaral Peixoto: "A maioria dos emedebistas está presa nas gavetas da Arena".

Sem discursos, sem atritos.

A convenção foi tranquila e pontuada de "bom senso", apesar de o deputado Hélio de Almeida, um dos que protestava, ter dito que aquilo estava "uma bagunça muito grande". As 10h30m, uma hora e meia após iniciada, o quorum já havia sido alcançado e Chagas escolhido com 98% dos votos. Almeida foi um dos 17 que votou em branco, afirmando que dos três candidatos de sua preferência, Saturnino Braga, Amaral Peixoto e Brígido Tino-

nenhum topeu a parada. Saturnino, depois de muito criticar o acordo e o adesismo de Chagas e de ter afirmado que era candidato, preferiu ficar em Brasília. Certamente para contatos de articulação do seu candidato à presidência, general Euler Bentes, que vai precisar dos votos dos chaguistas no colegio eleitoral.

Sem discursos, sem atritos, sem nenhuma faixa com dizeres políticos, com muita gente enfatiada, sanduíche de presunto, refresco de laranja e cafezinho distribuídos fartamente, a convenção do MDB foi uma festa, como disse o deputado chaguista Jorge

Leite. "Apenas uma meia dúzia aí vai votar em branco, mas isto não representa nada, não significa nenhum abalo".

Não um, mas muitos acordos.

Na verdade, a convenção do MDB não apenas ratificou um acordo. Vários outros, melhores e menos conhecidos foram lá transados. Desde a divisão do poder entre Chagas e Amaral, que incluiu secretarias para um lado, prefeitura para outro, áreas de influências bem definidas, passando pela troca de sena-

dor Nelson Carneiro, de divorcista para a condição de biônico, até a adesão, até um certo ponto inesperada ao acordo, dos setores populares do MDB.

"A Convergência Socialista tomou posição a favor do acordo. Nós entendemos a posição do Khair (Edson Kahir, deputado estadual) e do J.G. (J.G. de Araújo Jorge, deputado federal), em denunciá-lo porque seus eleitores estão na capital. Mas 99% do nosso eleitorado estão no interior, e lá ninguém entenderia que o partido deixasse o governo, mesmo que fosse para entregar para o Chagas Freitas. O voto

da capital é ideológico, o do interior fisiológico. Com Chagas, nossas possibilidades eleitorais aumentam e já tenho certeza de que vamos ganhar a prefeitura de Campos, em 1980 (Walter Silva, deputado federal, "autêntico", candidato à reeleição).

"Se vamos nos sujar de merda, pra que botar só o dedinho. O braço também ficará sujo, não adianta purismos." (Carlos Augusto Coimbra de Melo, vereador em Niterói, da Frente Popular Eleitoral, candidato a federal).

"Nós devemos participar de todo o processo eleitoral, inclusive da escolha do biônico. Existe um preconceito contra o biônico, pois todo o processo é igualmente espúrio, regido por leis excepcionais, condicionado por uma legislação ditatorial. Participamos sob protesto, pois do contrário teríamos que fechar o partido e entregar a chave ao governo (José Frejat, vereador, da FPE, candidato a deputado federal).

Os deputados Edson Kahir, Flores da Cunha, J.G. de Araújo Jorge, Délio Santos, e o vereador Antonio Carlos de Carvalho estavam entre os que votaram ou tinham posição favorável à abstenção. O grupo tentou tirar um documento explicando a sua posição, mas em função de divergências de posições entre eles o documento não saiu. O vereador Antonio Carlos, um dos participantes da Frente Popular Eleitoral - que se fragmentou na hora de decidir, restando apenas posições individuais - defendeu a participação nas eleições indiretas, juntamente com a denúncia de todo o processo:

- Não vamos entregar o governo para a Arena. No entanto, não concordamos com o candidato escolhido, que não tem nenhum compromisso com a luta pelas liberdades democráticas, com o programa do MDB. Como não foi possível reunir as assinaturas de 10% dos convenionais para apresentar um candidato próprio, contra o acordo, o jeito é votar em branco.

"Não fomos nós que fizemos as leis. O governo nos impôs o pacote de abril e não vamos abrir mão do pouco que nos sobrou. Do biônico também. Se isto prejudicar os candidatos do partido em outros Estados, o problema é deles". A posição do "bom senso", de Amaral Peixoto, 40 anos de pessedismo. (Alvaro Caldas)

Sem discursos, sem atritos, com muita gente enfatiada, sanduíche de presunto, refresco e cafezinho, a convenção do MDB no Rio foi uma festa. Chagas Freitas retornará ao governo do estado. O próximo passo do partido é indicar o candidato a senador biônico, contrariando a decisão nacional do MDB.



Um emedebista esbraveja: "a maioria do partido está presa nas gavetas da Arena".

Após o milagre, o choro da burguesia nordestina.

Um "Projeto Nordeste" será elaborado pelo empresariado expondo, do seu ponto de vista, quais os problemas que a região enfrenta.

De repente, os empresários nordestinos transformaram-se em arautos da reforma agrária, propagadores da redistribuição da renda, ardorosos defensores da ampliação do mercado interno e até - atenção: - em defensores das liberdades democráticas. Todo esse papo começou em fins de 1976, por volta de outubro, quando foi elaborado o "Documento do Nordeste", assinado pelas Associações Comerciais da região e de autoria da equipe do economista Rômulo Almeida, velho conhecido dos problemas da área e um defensor intransigente da luta pela redução do que chama disparidade regional.

O ministro Reis Veloso, naquela oportunidade convidado para receber o documento, uma arenga regionalista muito bem fundamentada com dados e fatos, alegou outros compromissos e não compareceu, enviando apenas um obscuro representante para a Bahia, onde foi entregue. Esse ato, em si, não teve qualquer significação política, tendo o Governo Federal, na realidade, feito ouvidos de mercador diante dos patéticos apelos nordestinos, a indicar que estavam claras quais as prioridades para a região. E, lamentos a parte, durante longo tempo fez-se o silêncio.

E foi então quando ocorreram duas resoluções do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), definindo, de um lado, a desconcentração industrial da Grande São Paulo e, de outro, a desconcentração de Salvador e Recife, o que pressupunha, no entender dos decididores da política governamental, que parcela do empresariado nordestino iria sair perdendo, já que tudo indicava que os principais beneficiários dessa orientação seriam os industriais paulistas, que carregariam seus investimentos para o interior de São Paulo e mesmo de Minas, onde as chamadas "economias externas" são mais desenvolvidas.

Essas resoluções foram a gota d'água para o empresariado nordestino, que voltou à carga sem nada de novo no bolso do colete, salvo algumas pitadas de ingredientes democratizantes, que até então não faziam parte de seu cardápio regionalista. Em outubro, eles deverão realizar o I Encontro de Empresá-

rios Nordestinos (EM NOR), que tem como objetivo final, na esteira da moda, elaborar o "Projeto Nordeste", algo que, segundo o presidente da Associação Comercial da Bahia, Alfeu Pedreira, pretende apresentar uma visão globalizante dos problemas da região, do ponto de vista empresarial.

Trabalhadores à parte...

Falar em empresariado nordestino, contudo, é muito vago e não revela quem de fato está por trás de toda essa movimentação. Os líderes, na verdade, são porta-vozes daqueles setores que, nos últimos anos, foram à reboque do recente processo de desenvolvimento capitalista da região e que grosseiramente poderiam ser definidos como burguesia regional. Esse processo marcou-se pela maciça inversão privada e oficial nos setores mais dinâmicos da economia, sobretudo bens intermediários, onde desponta o Polo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, já ultrapassando a casa dos três bilhões de dólares de investimentos e o Centro Industrial de Aratu, além das anteriores inversões em Recife, um parque industrial mais voltado para os bens de consumo duráveis. E foi vanguardado pelos grupos do Centro Sul por razões óbvias.

A industrialização do Nordeste, ainda em andamento, foi dada pela possibilidade de o grande capital, proveniente do Centro Sul, penetrar uma região ainda imune às iniciativas monopolísticas (como diria o economista Chico de Oliveira), o que contemplava a necessidade de manter os seus lucros elevados. E tudo isso, é bom lembrar, foi feito com os poderosos mecanismos de subsídio ao capital, expressos nos artigos 34/18 e atualmente pelo Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor).

Não se pense que desse processo os trabalhadores do Nordeste tenham auferido algum benefício: continuaram tão marginalizados quanto antes e, em muitos casos, viram seus problemas se agravarem. Em 1970, estimava-se que o Nordeste tivesse pouco menos de 30 milhões de habitantes, uma população economicamente ativa de cerca de 9 milhões e um desemprego

aberto de ordem de 1,3 milhão, número que certamente cresceu, como deve ter aumentado o índice de subemprego, sempre altíssimo na região. Aliás, a própria Secretaria de Planejamento da Bahia admitiu, em estudo recente, que o arranque desenvolvimentista do Estado não foi capaz de diminuir os altos níveis de desemprego e subemprego existentes no Estado, fato que seguramente se repetiu por todo o Nordeste.

No milagre, alegria e silêncio.

Durante a fase do "milagre", onde a indústria, em Estados como a Bahia e Pernambuco, passou a representar o eixo dinâmico da economia, os setores da construção civil, imobiliário, do comércio e de serviços de um modo geral, entre outros, conseguiram se desenvolver e obter lucros ponderáveis como resultado direto do desenvolvimento do setor secundário. As grandes obras de engenharia dos complexos industriais, a necessidade de ampliação da in-

fraestrutura, a demanda cada vez maior por serviços possibilitaram algumas sobras do "bolo", não tão desprezíveis assim.

Ao lado do desenvolvimento industrial, houve também uma maciça penetração capitalista no campo, proporcionada principalmente pelas generosas linhas de crédito do Governo Federal, consubstanciadas em programas como o Proterra, todas elas possibilitando que os empresários adquirissem vastas extensões de terras, muitos deles com o objetivo puro e simples de especular. E isso não foi feito majoritariamente pelos senhores de terra tradicionais. Os principais investidores foram exatamente aqueles que recolhiam, na cidade, o que sobrava do desenvolvimento industrial que, impossibilitados de concorrer com o capital monopolista no setor secundário, lançavam-se apressadamente a aproveitar as vantagens oferecidas pelo Governo. Aí reside a explicação da disseminação da grilagem em alguns estados nordestinos, sobretudo na Bahia.

Hoje, para esses investidores, as vacas já não estão tão gordas e o leite está rareando, principalmente o do Governo que, numa fase de desaceleração é obrigado a escolher de modo cuidadoso a quem beneficiar e por isso não tem podido favorecer com recursos tão polpidos como antes os bolsos dos nossos homens de negócios do setor primário. Vaca gorda mesmo foi o Proterra, que durante um bom tempo serviu para o enriquecimento de muitos. Tais créditos rurais, sem nenhuma fiscalização, como admitem até alguns técnicos governamentais, serviam tanto para a compra de terras como para a inversão em outros negócios, já que a maioria não era, exclusivamente, constituída de empreendedores rurais.

O conjunto desse empresariado urbano e rural solicita hoje ao Governo que aumente os recursos para a região, mas que, sobretudo, ao fortalecer o Finor, não se esqueça de excluir a petroquímica como beneficiária desses recursos, já que eles defendem, de maneira compreensível, que o dinheiro para um investimento desse porte deveria vir em separado diretamente da União. Isso é a mesma coisa que pedir ao Papa que abra mão da existência de Deus, pois privilegiar a pequena e média empresa, em detrimento do grande capital monopolista é coisa que o Governo, por impossibilidade, nunca vai fazer.

Quem tem razão é o economista Raimundo Moreira, diretor do Cepalab (Centro de Planejamento da Bahia, órgão da Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia) e um dos mais competentes analistas da situação nordestina. Para ele, os empresários ainda não entenderam que o Estado, face ao seu caráter atual, tem de privilegiar os grandes grupos do capital monopolista, o que faz com que ele tenha de dar prosseguimento às prioridades nacionais, o que hoje se identifica com o fortalecimento do setor de bens de capital e intermediários. E por não compreenderem isso é que grande parte desse empresariado que hoje está gritando considera a petroquímica quase que como um incômodo, evitando, contudo, confrontar-se com o Estado.

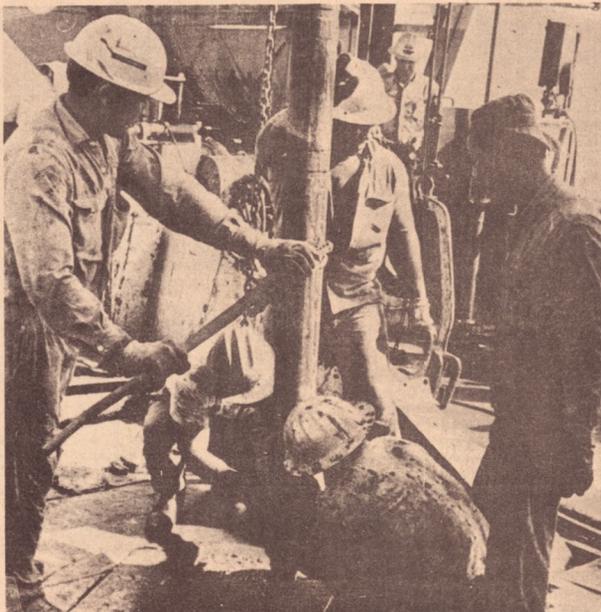
Mas, afóra nomes como o de Alfeu Pedreira, presidente da Associa-

ção Comercial da Bahia: Gileno de Carli, atual presidente da Federação da Agricultura de Pernambuco e pai da ideia dos incentivos fiscais; Cid Sampaio, ex-governador de Pernambuco e Antonio Guimarães, presidente da Associação Comercial do Ceará, todos eles tradicionais líderes dos setores caudatários da economia, como ficam, nessa briga toda, o capital monopolista presente na indústria, integrado pelo capital internacional, estatal e mesmo nacional?

Até o momento, mesmo sabendo que poderá recolher alguns dividendos da movimentação em andamento, os grandes grupos industriais ainda não se manifestaram e têm procurado guardar uma cuidadosa distância, já que, na verdade, o seu calo, até agora, não doeu. E a contenda, na verdade, só será decidida em função do capital das bandas nordestinas, favorecendo, na rebarba, ao pequeno e médio capital, se, por alguma razão, o capital monopolista presente na região jogar o seu peso e prestígio para decidir, disposição ainda não manifesta, sobretudo porque o Governo manteve a caixa aberta para os seus interesses.

Dessa forma, a cantilena nordestina, repetida desde o Documento do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), sob a orientação de Celso Furtado, deverá prosseguir por algum tempo sem muita eficácia, já que as teses propostas manifestaram-se inviáveis, ao menos no quadro de um modelo econômico que, por força de sua própria dinâmica e menos pelas intenções puras e simples do Governo, tem de privilegiar o capital monopolista, atendendo, antes de tudo, as suas reivindicações. E mais do que nunca, já soa como absolutamente desafiado o cântico regionalista. A possibilidade de um capitalismo harmônico, que consiga desenvolver uma nação sob a égide de uma distribuição de renda favorável às classes trabalhadoras, ao lado de sempre servir a interesses que nada têm a ver com essas classes, parece não condizer com a essência desse modo de produção e, menos ainda, com as características de seu desenvolvimento no Brasil.

(Emiliano José)



As greves chegam a Osasco

No dia 31, o Sr. Monteiro, chefe de segurança da multinacional Brown Boveri, empresa fabricante de material elétrico pesado, garantiu ao repórter: "Não há nenhum sintoma de paralisações aqui nas fábricas. A gente que tem vivência disso sabe quando vem". Mas dois dias depois a greve estourou em Osasco. 3.500 trabalhadores na Brown Boveri tomaram o café da tarde e se recusaram a trabalhar. Só voltaram nesta segunda-feira depois de conseguir 15% de aumento salarial. No mesmo dia, foi a vez da Cobrasma S.A. a maior indústria da cidade, conhecida pela greve de 1968, e por ter como presidente o empresário Luiz Bueno Vidigal, que dá muita entrevista falando em abertura política. Também na Braseixos houve paralisação.

O movimento na Brown Boveri "foi uma coisa muito bem feita", conforme relatou neste depoimento um dos operários, entrevistado quarta-feira na hora do almoço na fábrica. Ele descreve um pouco da organização preliminar e conta em detalhes o clima e as negociações com os patrões. Com a palavra:

O ponto de partida foi a primeira greve, a da Saab-Scania, lá de São Bernardo. Os companheiros que entraram no serviço na segunda-feira, três dias depois, compravam o jornal **Folha de São Paulo** e outros que noticiavam as greves do ABC. A turma da Brown Boveri então começou a dialogar: a turma do ABC está fazendo greve pra reivindicar 20% de salário, aquilo que nós pedimos aqui no 1º de maio; e nós aqui, vamos aderir ou não? Se no ABC que o salário é mais alto, havia greve, porque em Osasco não iam fazer?

Então com isso aí, foi se criando um clima dentro da empresa. Foi espalhando pela fábrica. O pessoal que chegava com o jornal, lia e recortava aquelas partes do jornal, e fazia circular de mão em mão entre os companheiros da Brown. Aí, começou nos banheiros, na fila do restaurante, e mesmo dentro do restaurante, o pessoal a conversar e falar que devia mesmo fazer greve.

Na terça-feira da semana passada, chegou haver um farol falando que ia parar às três horas da tarde. Mas não deu. Passou a quarta-feira e quando foi na quinta-feira a coisa estourou, porque deu para organizar um pouco melhor. A conversa que havia na fábrica era de saber como seria o momento "X" da parada. Um companheiro mais experiente deu a idéia de que fosse assim: na hora do café sentaria todo mundo de uma turma na beira de uma parede, e outra turma na beira de outra parede. Então sentavam para tomar o café e quando apitassem as três e dez, um grupo que tava na parede de um lado olhava pro outro grupo que estava do outro lado, e aí cada um se sentia apoiado nos outros. Assim, não ia existir aquele negócio de falar "é que o fulano furou a greve, fulano falou que ia parar e não parou". Aí não tinha problema porque uma turma estava vindo a outra e vice-versa. Então se sentia apoiada. E essa idéia pegou dentro da fábrica inteira e cada um ficou na beira das paredes, duas em cada pavilhão.

Aconteceu tudo como estava combinado. As 3 h interrompemos para o café, e dez minutos depois não voltamos mais a trabalhar. A greve estava declarada. Quando a gente viu as outras seções fazendo o mesmo, deu aquele ânimo. O pessoal da caldearia enviou um mensageiro para a usinagem pra ver se lá tinha parado. A usinagem fez a mesma coisa. Ficamos sabendo então que 80% da fábrica tinha parado.

Relaxando os nervos

No começo foi uma sensação ruim, porque a gente nunca tinha parado na frente do chefe, dos gerentes. Então a gente começou a sentir um pouco mal de ficar parado na frente dos supervisores. Então os companheiros com mais experiência andavam e falavam pro outros: "olha agora é meio ruim mesmo, mas começa a andar, não fica parado que você fica muito tenso. Anda, anda um pouco. Vai ali, volta, vai lá, vem cá, que daqui a pouco você fica tranquilo". Depois de uns quarenta minutos o pessoal já tinha relaxado os nervos estava acostumado. Já tinha acabado aquele impacto do momento. E a fábrica já estava toda parada.

A diretoria da empresa desceu querendo saber o que os trabalhadores queriam. Mas os dirigentes do sindicato não sabiam e foram até as seções pra saber o que nós todos queríamos. Foi levantada então a pauta de reivindicações: 20% de aumento, sem desconto no dissídio; a volta de cinco companheiros que foram despedidos por ter participado da chapa de oposição, quando ocorreram as eleições para o sindicato, meses atrás; ônibus para os horistas,

porque eles fazem o cúmulo de colocar transporte só para os mensalistas, geralmente chefes ou gente bem remunerada; que ninguém seria punido por causa de participar do movimento; que fossem pagas as horas de paralisação; equiparação de salários; inclusão nos salários das médias de horas extras.

A resposta dos patrões: pedir um prazo pra pensar no assunto. Até o dia 16 de junho. Convocamos uma assembléia no Sindicato para tratar disso. Foi à noite, no mesmo dia 1º.

Tinha umas 250 pessoas. Não aceitamos a proposta da empresa.

A diretoria do sindicato, que estava servindo de intermediária entre os empregados e os patrões, teve nova reunião com a direção da firma, na sexta-feira da manhã, e trouxe uma segunda proposta da Brown, que era um pedido de prazo até pelo menos o dia 9 de junho. Foi apresentada numa assembléia de mais de dois mil trabalhadores, entre a caldearia e a usinagem. A proposta



Grevistas da Brown Boveri fazem assembléia no Sindicato de Osasco

da diretoria foi vaiada. Um trabalhador falou para a assembléia que a empresa podia até pensar quanto quisesse, mas que nós iam ficar em greve, pois na Scania a empresa pediu prazo, a greve foi suspensa, repressão intensificada e os operários não conseguiram mais se organizar; a Scania ofereceu então apenas 1/3 do que havia sido reivindicado. Baseado nesta experiência, nós na Brown por unanimidade rejeitamos a proposta. A diretoria do sindicato levou o resultado da assembléia para os diretores da fábri-

ca. No começo da tarde o Delegado do Trabalho convocou uma mesa redonda chamando o sindicato e a empresa, que fez a primeira proposta concreta - de dar 5% de aumento de salário e mais algumas antecipações. Diz o presidente do sindicato que ele se recusou a levar proposta para os trabalhadores, por ser muito irrisória. O presidente do sindicato telefonou para os trabalhadores para que eles fossem todos pro sindicato do trabalho. À noite tinha uns 350 companheiros lá. A Brown oferecia 10% a partir do dia 1º de ju-

nho, e depois mais 5% de antecipação salarial, a partir do mês de setembro. Mais uma vez reafirmamos, porque queríamos era 20%.

Pouco antes, às 6 h da tarde, um dos diretores da empresa procurou um diretor do sindicato e disse pra ele que havia um problema bastante grave, pois um transformador que estava sendo construído para a Hidrelétrica de São Simão não podia ser interrompido. Se o núcleo dele ficasse muitas horas fora, depois teria que ficar mais 30 dias na estufa, porque absorve água do

tempo. Então seria muito prejuízo pra empresa e já esta quase na véspera dela entregar esse transformador. A firma queria que o sindicato convencesse os trabalhadores que operavam o transformador, mais ou menos uns dez, a colocar o núcleo no seu lugar, e depois poderiam continuar em greve. Seriam umas três horas que levaria o serviço. A resposta foi essa: os trabalhadores estavam tendo maior prejuízo há 14 anos com a política do arrocho salarial; se quisessem que o serviço fosse executado, era só aceitar as reivindicações; ou então mandar os mestres e os contra-mestres colocar o núcleo no transformador. Foi muita coragem mandar dizer isso pra empresa.

A surpresa nas adesões

No fim da semana, houve várias reuniões da diretoria do sindicato com os patrões. Na segunda-feira de manhã, o presidente do Sindicato foi fazer a assembléia com os trabalhadores novamente, levando nova proposta da Brown: 15% de aumento a partir de 1º de julho, para quem ganha até oito mil cruzeiros e 10% para quem ganha de oito a dezesseis mil cruzeiros e 5% para quem ganha mais de dezesseis mil cruzeiros. Um companheiro fez uso da palavra e defendeu que deveria se estender para os mensalistas, e que a faixa até onde ia ser atingido o aumento não fosse até oito mil cruzeiros, mas até 10 salários mínimos. E que fosse de 10%; para quem ganha de 10 salários mínimos para cima, estendidos aos mensalistas também. A diretoria do sindicato vai novamente à diretoria da empresa, que enfim aceitou. Aí os trabalhadores foram um pouco mais flexíveis, pois tinham pedido 20%, e receberam 15% e a ampliação da faixa.

Não conseguimos obter a volta dos companheiros da oposição que haviam sido demitidos por participar da campanha eleitoral. Tivemos de abrir mão disso. Mas mesmo assim foi uma vitória. Na hora que o próprio trabalhador começou a participar da greve, o nível de consciência se elevou muito mais. Um ponto positivo, que para mim é fundamental, é o fato de ter saído a greve. E também o fato de ter trazido para o trabalhador confiança nele próprio e na sua classe, porque ele viu que era capaz. Ele viu que quando o trabalhador toma consciência e se organiza, ele é capaz de fazer as coisas. E faz bem feito. Porque foi uma greve muito bem feita essa da Brown Boveri. Depois que começou a paralisação, não teve nenhum que tentasse furar a greve, não deu nem um probleminha, com ninguém. Se deu às mil maravilhas. A gente sente que essas paralisações estão trazendo de volta a confiança do trabalhador nele mesmo e na sua classe. E isso, não tenha dúvida, vai fazer ele conquistar um sindicato livre, forte, através das bases.

Fiquei surpreso com algumas adesões. Era o pessoal velho de casa, que na hora que se conversava, batia papo a respeito da greve, era o que menos se entusiasmaava pelo problema. Ficava meio indiferente à situação. Achávamos que eles iam furar com a gente. Mas aderiram imediatamente. Também o pessoal que é religioso, evangélico, que revelavam uma alienação muito séria, era mais desligado do movimento, todo esse pessoal sem exceção também aderiu. Pra mim foi uma surpresa muito importante. A gente viu que o trabalhador no momento em que ele sente que dá para fazer as coisas, ele esquece qualquer outro tabu e demonstra firmeza muito grande.

Entrevista a Flaminio Fanttal

"O medo está acabando nas fábricas"

"Tá tudo do jeito que você deixou. Não trabalhamos". Esta mensagem, escrita em pequenos pedaços de papel, era deixada nos banheiros e corredores da Villares S.A., uma indústria metalúrgica de São Bernardo do Campo. Servia para informar os operários dos diferentes turnos sobre a greve que foi iniciada no dia 22 de maio e só terminou sete dias depois, com um aumento de cinco por cento nos salários, garantias de que não haveria descontos dos dias de paralisação nem represálias aos trabalhadores, além da promessa de que no dia 12 de junho a empresa daria resposta às outras reivindicações mais quinze por cento de aumento e condução gratuita para todos os empregados. Os sete dias em que 3.500 operários estiveram parados são descritos neste depoimento de um dos grevistas, com 31 anos de idade, 11 como metalúrgico. Eis seu depoimento:

Na fábrica, quando a greve começou, foi um cara do Sindicato de São Bernardo, o vice-presidente. Foi lamentável. Ele começou dizendo: "você não me conhece. Eu estou aqui por indicação da Delegacia Regional do Trabalho. A Delegacia mandou a gente vir aqui e falar para vocês não pararem de trabalhar. Mas o Sindicato não vai mandar ninguém trabalhar. A empresa diz que não sabe o que vocês querem".

Dai foi aquela vaiada. Na base do grito, o pessoal respondeu: 20 por cento, condução gratuita. E o vice-presidente voltou a falar: "A empresa pediu para vocês voltarem ao trabalho e esperar até o dia 14 de junho quando eles darão uma resposta". Outra vaiada. Dai o vice-presidente propôs uma votação: quem tivesse de acordo com a proposta da empresa em voltar ao trabalho e esperar a resposta da firma que permanecesse onde estava. Quem fosse a favor da greve que levantasse a mão. Aí todo mundo levantou a mão. Ele continuou a falar mas todo mundo foi saindo...

A greve começou na segunda-feira (dia 22 de maio) quando parou um setor, a usinagem pesada. Depois do almoço, quando deu pra todo mundo se falar parou tudo.

Na noite de quarta-feira, o gerente trouxe uma proposta: voltar ao trabalho imediatamente e uma resposta no dia 5 de junho. O prazo era preciso porque o Carlos Villares, o dono, estava na Europa. Nas seções, todo mundo discutiu a proposta. E passando uns 20 minutos o gerente chamou todo mundo de volta e falou: "Vocês são chefes de família, adultos e espero que tenham tomado uma decisão madura. Espero que vocês assumam uma posição democrática e o que a maioria decidir todo mundo acata". Aí colocou em votação. Ninguém levantou a mão. Ele ficou louco... e disse: "Espero que vocês tenham tomado uma decisão séria e que saibam o que estão fazendo".

Os encarregados foram novamente com o gerente e na volta disseram: "O gerente telefonou para a diretoria e tem uma nova proposta. A Villares dará um aumento proporcional ao que as outras fábricas derem". Mas nenhuma seção aceitou de novo. Aí chegou a hora do jantar entre 10h45m e 11h45m - e quando terminou os encarregados chegaram com a proposta de se formar comissões para, junto com as comissões de outros turnos, decidir sobre a greve na sexta-feira - a quinta era feriado. Falaram que era difícil discutir com todo mundo e que três pessoas de cada seção poderiam ser escolhidas de três formas: o encarregado escolhendo, os operários escolhendo ou sorteando. A maioria preferiu que os próprios operários escolhessem mesmo correndo risco.

"Ainda na madrugada o pessoal das comissões se reuniu numa sala. Tinha umas 60 pessoas discutindo. Na sexta-feira de manhã, foi a reunião de todas as comissões dos turnos, todo mundo com o nome anotado. Fomos todos para o refeitório e tinham umas 200 pessoas.

Como sempre, o gerente foi lá fazer a introdução. Logo um companheiro levantou e pediu a presença do Sindicato, do Lula (Luís Inácio da Silva, presidente do Sindicato de Metalúrgicos de São Bernardo). O gerente falou que ia chamar sim e foi ligar para o Lula. Então foi falando cada um de cada setor. As propostas eram as mesmas mas já tinha gente querendo vacilar. Então subiu um cara da usinagem pesada e tava todo mundo esperando o mesmo papo. Mas o cara teve uma proposta boa: concordou que a situação era difícil para nós e propôs que a Villares desse 10 por cento e os pagamentos dos dias atrasados para se começar a trabalhar já. Dai todo mundo aplaudiu. Foi uma saída que agradou a todo mundo. Um outro com-

panheiro que já tinha apoiado o gerente pede a palavra e fala: "Já tou cansado de ver gente subir aqui em cima para fazer demagogia". Aí ele recebeu uma vaiada tão grande que não conseguiu falar mais. Pusemos a proposta no papel e esperamos o Lula.

A massa vaia

O Lula deu a maior força. Chegou, subiu na mesa e falou que a gente não deve ir em conversa de patrão, senão no final do mês a gente deixa o ordenado pra ele. Pediu pra gente continuar firme, que se tinha diretor na Europa que mais um dia de greve e tava todo mundo de volta. O mesmo rapaz que tinha falado antes pede a palavra e todo mundo vaia. Dai o Lula escolheu e garantiu a palavra. Ele só fez duas perguntas: que garantias a gente tinha de continuar o movimento e que cobertura o Sindicato dava à greve. O Lula respondeu que a garantia era a unidade, que não era ele que ia garantir os trabalhadores, que era mais fácil os trabalhadores garantirem ele - o Lula - que o Lula garantir os trabalhadores. Que o Sindicato ia dar toda a garantia, mas que isso se restringia a levar as propostas aos patrões e só isso. Que o Sindicato não acrescentava ou tirava nada. Que qualquer alteração seria decidida pelo pessoal. Neste mesmo dia a diretoria não aceitou a proposta feita pelo Lula e a greve continuou.

"Na segunda-feira, às 6h da tarde, foi todo mundo pro refeitório. Os dois turnos. O pessoal da noite já não tinha conseguido bater o cartão. Meia hora depois, o Lula subiu na mesa do refeitório, contou como estavam as negociações, que não tinham andado nada. Quando ele tava falando, apareceu o Carlos Villares em pessoa. Subiu na mesa e falou. Mas falou baixo e a massa pediu que ele falasse mais alto. Ele não gostou, mas mudou o tom de voz.

Disse que a Villares dependia dos trabalhadores, que o Sindicato estava intransigente, mas que tinha alguma coisa para oferecer naquele dia mesmo: seria cinco por cento imediatamente - foi vaiado - pagamento dos dias parados e que a firma não tomaria nenhuma atitude de represália. Pediu tempo para estudar as outras propostas e foi embora, no meio do silêncio.

Aí, o mesmo companheiro que tinha proposto no dia anterior os 10 por cento pede a palavra. A massa vaia. O Lula desanca o pessoal que vaiou, disse que aquela atitude era própria das macacas de auditório do Silvio Santos, que tinha de haver li-

berdade de pensamento e botou o cara em cima da mesa. O rapaz falou que aquela era uma pequena vitória nossa, que os encarregados antes falavam que a gente ia perder os dias, que nós devíamos aceitar a proposta. Dai cinco gritaram: "A minha seção começa amanhã..."

Quer dizer: se alguém no ato, subisse ali e começasse a falar, e mostrasse que o oferecido não dava, que era pouco, que os operários da Villares estavam vacilando, então ganhava tudo. Mas havia o risco de dividir mais ainda e por tudo a perder. Ninguém subiu, perdemos a oportunidade.

Dai o Lula pôs a proposta em votação. Deu maioria de apoio. Um outro diz que não foi a maioria... não creio. Aí o Lula falou que se alguém discordasse fosse lá e falasse para não acontecer o que aconteceu na Mercedes Benz. Não subiu ninguém. Um não falou porque teve medo de vaia. Outro porque falar contra o patrão não é fácil, não tinha garantia. A verdade é que ninguém falou. No final da assembléia, o Lula falou das outras reivindicações: condução gratuita, 240 horas e refeição. Foi de novo aplaudido.

O pessoal mais atirado ficou com gosto de derrota. Diziam: "Entregamos o ouro pros bandidos. Se era pra ver o Carlos Villares eu não tinha feito greve" (o Lula tinha dito que uma das vitórias foi que o homem não ia descer e desceu).

Outros falaram que quando vier a resposta, no dia 12, que tomara que não de mais nada e se alguém vier falar de greve ele manda uma barra de ferro na cabeça do nego. Mas a raiva não é de todo mundo. Os de cabeça fria dizem: "Foi uma pequena vitória. Eles cederam com nós parados". E a maioria está contente. O Lula ganhou a confiança da maioria e perdeu a da minoria, mais combativa.

A greve na Villares eu considero vitoriosa. Foi um movimento organizado e também espontâneo.

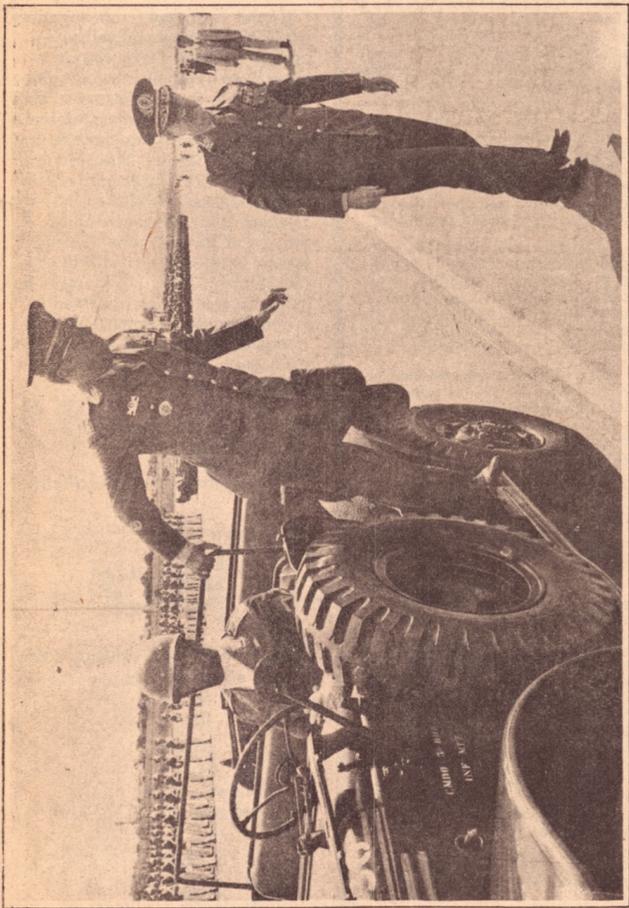
O pessoal vai sentindo as coisas acontecer. Notícias antes na TV, no rádio, nos jornais. A greve da Scania, a primeira, e não teve repressão... o pessoal vai perdendo o medo. O medo está acabando. O medo de ser preso, de passar fome, de desemprego, já está passando. Se você falar em repressão como a de 68 o pessoal até dá risada. Agora ninguém sabe onde vai parar tudo isto. A gente quer o aumento e está disposto a continuar. Agora como é que vai resolver, não sei. O que a gente sabe é que fácil não vai ser não.

(Por Prado Jr. e Emmanuel Nery)

Kairós

Kairós Livraria e Editora Ltda.
Ciências Humanas
Literatura
Poesia
Jornais
Revistas
Av. Paulista, 2650
(esquina com av. Angélica),
São Paulo,
fone 258-21.58.
Aberta diariamente
até as 22.30 e
sábados até as
13.30 h.

CURTO-CIRCUITO



Alastra-se por todos os estados Comitês Pró-Anistia. Amplia Geral e Irrestrita



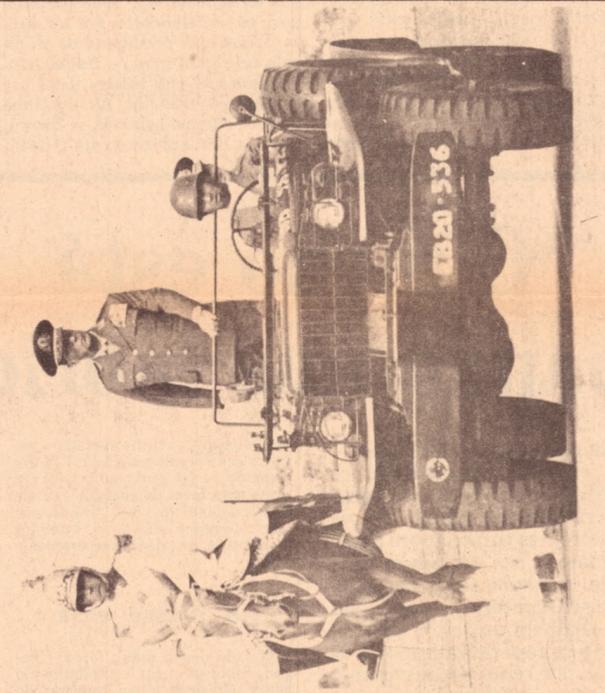
100 mil operários em São Paulo fazem greves por melhores salários.



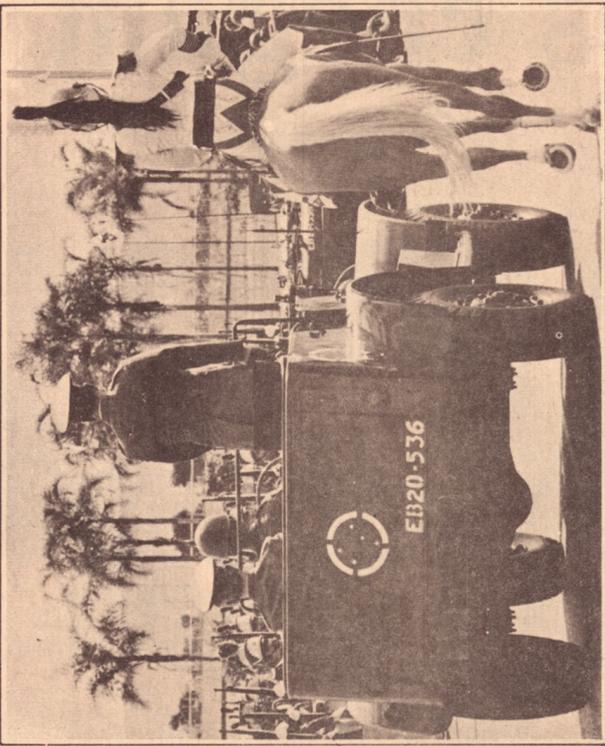
Mesmo proibidos estudantes paulistas, mineiros e baianos realizam seus Encontros Estaduais.



84 presos políticos em greve de fome conquistam o fim do isolamento de companheiros do Recife.



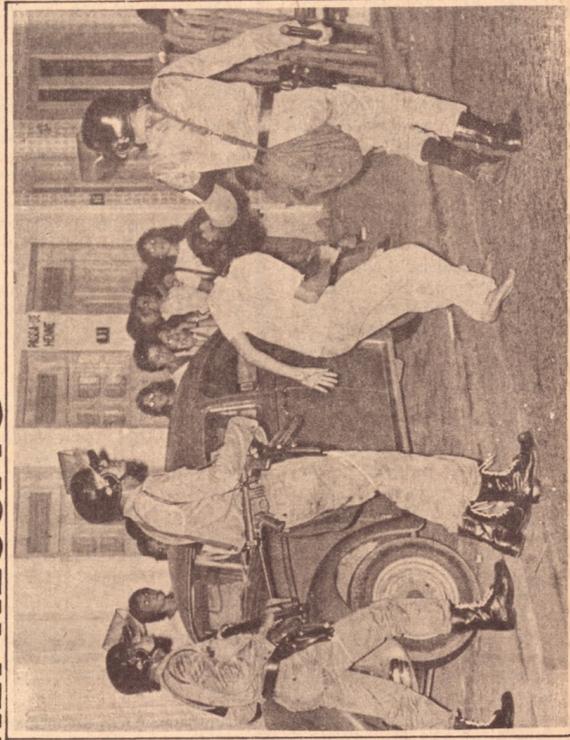
Movimento Cústo de Vida apoia a greve dos operários paulistas.



Cresce em todo país o trabalho das várias oposições sindicais.



REPRESSÃO



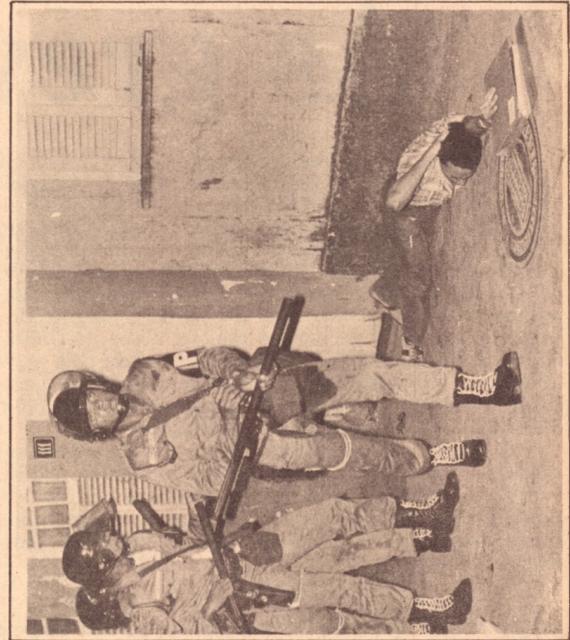
Figueiredo manterá a paz, a tranqüilidade e também a distensão gradual.



Exército apoia Figueiredo.



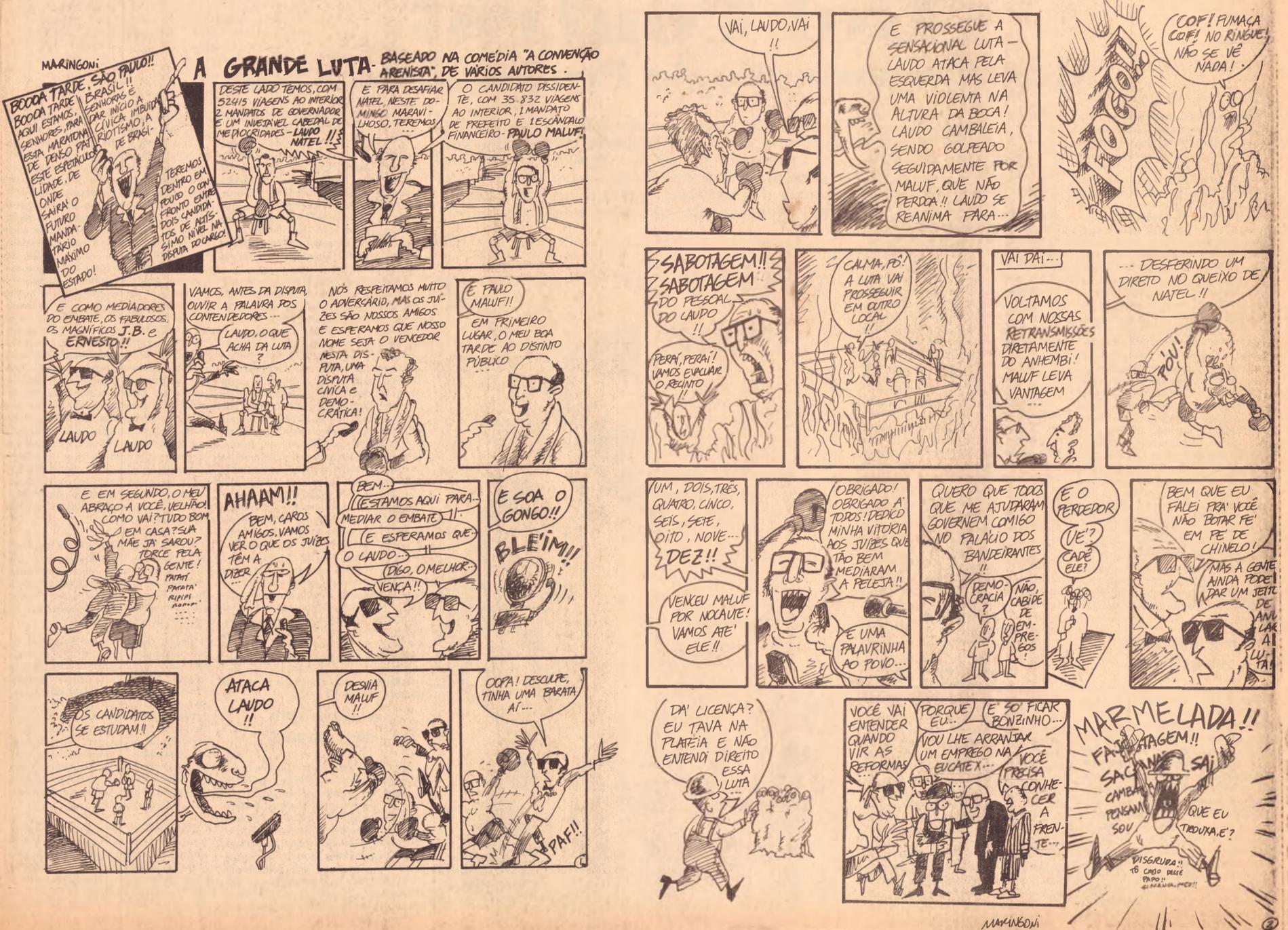
Maluf é indicado pela Arena para governador de São Paulo.



Figueiredo quase chora ao se despedir do serviço ativo do Exército.

Despedida de Figueiredo dos serviços da ativa: Fotos de NELSON PENTADO

Repressão à passeata estudantil em Salvador (31/05/78): Fotos de LUCIANO ANDRADE



“O ASTRO”

A arte do esquecimento

Espectador perplexo: mas como foi mesmo que começou essa estória toda?

Se o enredo de uma telenovela como **O Astro** (ou outra qualquer) que se prolonga em ritmo de contagens, doses homeopáticas diárias durante cinco, seis meses, fosse condensado em um filme de duas ou três horas, tenho a impressão de que seus espectadores habituais se sentiriam chocados - ou pelo menos muito frustrados - com o resultado final. Isso porque uma das maiores armas da telenovela é justamente a lentidão do ritmo em que as coisas acontecem, permitindo ao autor diluir sutilmente os problemas criados de início para chegar a um final onde, sem confrontos ou transformações, tudo se resolve de maneira "justa": ou seja, de maneira a beneficiar os personagens que foram construídos de maneira positiva e "castigar" - ou pelo menos neutralizar - os personagens negativos.

Pelo que dizem os columnistas de televisão (veja-se Helena Silveira, da Folha de São Paulo, e a torcedora de Janete Clair) e a revista "Amiga", sub-produto do sistema promocional da tevê brasileira, **O Astro** não tem sido apenas mais um monopolizador da audiência em seu horário: à moda das primeiras novelas-dramalhão da televisão, o romance entre Mário (Toniz Ramos) e Lili (Betti Savala) capitaliza expectativas e frustrações, mobiliza esperanças de realização afetiva de milhões de mulheres e homens (isso mesmo, **homens** também) envolvidos nela a partir da cômoda posição de público. Cômoda ou incômoda? Enredado dia a dia numa trama em que encontra elementos suficientes de identificação e projeção de seus próprios anseios (Janete Clair aliás é muito hábil nesse jogo), onde as alternativas são dadas de fora e as situações críticas são na maior parte das vezes, artificiais, ao espectador nada resta senão **esperar** e torcer, angustiado. Talvez a passividade forçada dessa posição não seja exatamente "cômoda" - menos angustiante seria assistir criticamente à novela e enfrentar, na vida real, os problemas que o frustram - mas, parece que vicia. Daí as centenas de cartas de apelos desesperados a favor da união de Márcio e Lili, que Janete diz receber diariamente. "Parece que a felicidade deles depende disso" comenta a revista Amiga; e de certa forma, ao nível da

satisfação imediata, depende mesmo.

Mas como foi sugerido acima, o grande recurso que força o romance Márcio/Lili está no esquecimento a que o espectador é levado ao longo do lento transcorrer dos capítulos. Então, vamos nos lembrar um pouco: no começo da novela, o jovem Márcio Ayala (que naquele momento era personagem secundário em relação a Herculano/Cuoco - mas o IBOPE faz essas coisas se invertem às vezes) era bastante inconformado com sua situação de filho-herdeiro de uma família rica, pai empresário, etc. De jovem progressista que deseja, no mínimo, "um mundo melhor" (de maneira inconsequente e isolada como convém a um personagem de novela progressista, cuja única função parece ser a de atrair as simpatias de um setor do público insatisfeito com os heróis à antiga), Márcio foi passando a filho problema e finalmente a louco de hospício mesmo. Ai, parece que a autora envia um recadinho à ala jovem de seu público: "estão vindo, rapaziada, no que dá tentar se revoltar contra a família?"

Moço rico, moça pobre.

Nesse estágio da trama, Márcio encontra a jovem Lili em suas andanças fora de casa, e os dois se apaixonam. Lili é pobre, "suburbana", e o amor dos dois caracteriza desde cedo um conflito de classes - oposição da família dele, reação da moça para que ele não volte ao esquema familiar, etc. É interessante como em todas as sociedades de classe existe a fábula do amor impossível - moça pobre/moço rico ou vice-versa - que encarna sob um prisma romântico, às vezes dramático, a impossibilidade de uma linguagem e de pontos de interesses comuns entre classes que se opõem. Na cultura de massas, entretanto, esses romances geralmente se resolvem de maneira "feliz" e as contradições, em vez de superadas, deixam simplesmente de existir. Enfim, a primeira tentativa de convivência do jovem casal se frustra. Contribui para o afastamento dos dois a morte do pai de Márcio que evoca, numa situação limite, os laços de dever e culpa em relação à família. Nada mais eficiente do que

os sentimentos de culpa, aliás - cujo correlato reparador é a noção ferrenha de dever - para reconduzir jovens desgarrados de volta às trilhas do lar.

Esperando sentados

A partir daí, o resto não está assim tão longe na memória: Márcio casa-se com Jose, a "noiva prometida" pela tradicional família árabe, acirrando ainda mais a ansiedade dos espectadores que, identificados com Lili (no horário das 8, temos a predominância do público que o IBOPE denomina de classes "B" e "C") vivência, além de frustrações amorosas, uma revolta contra a impotência de sua própria condição de classe média desmobilizada. Se Márcio e Lili se amam como a novela frequentemente volta a demonstrar, o impasse criado pela morte do velho Ayala tem uma alta dose de artificialidade. Angustiadíssimos diante das cenas sado-masoquistas de atração/separação entre os dois, quantos espectadores não teriam conjecturado "mas por que ele não fica com ela? Por que ela não enfrenta a família e impõe sua vontade?" e assim por diante. Alternativas viáveis, mesmo ao nível do sensor: "m, mas que pressupõem por parte dos protagonistas um mínimo de auto-determinação, um mínimo de autonomia e combatividade em relação aos fatores que pressionam seus "destinos".

Só que autonomia e auto-determinação parecem ser qualidades vedadas aos heróis positivos das telenovelas. Por mais inovador ou "contestador" que pareça o roteiro de uma novela, o modelo de herói nunca se transformou a esse ponto por isso mesmo, o roteiro "contestador" tem seu efeito anulador... Parece que a capacidade de planejar sua vida com um certo grau de iniciativa e liberdade, a capacidade de jogar com os elementos que o cercam de maneira a obter resultados favoráveis, etc. é prerrogativa dos "maquiavélicos", dos "frios e calculistas" que fazem a infelicidade dos que os cercam. Aos bons é dado sofrer e conformar-se; toda energia de um personagem positivo costuma ser empregada no sentido de fazê-lo aguentar as condições desfavoráveis em que "é colocado" (se ele tem responsabili-

dade de nisto por omissão ou heroísmo-burro, não importa; a "fatalidade" pressupõe um destino inexorável, etc). A partir daí, a felicidade só virá, com um suspiro de alívio, nos últimos capítulos - e pela ação de soluções mágicas, sem que o mocinho ou a mocinha tenham que se empenhar em transformar o mundo à sua volta. A vida se resolve sem necessidade de confrontos.

Morreu de burrice

Para Márcio e Lili, a solução mágica foi a morte de Jose. Embora se diga que ela morreu de gravidez nas trompas ou (na minha opinião) de pura burrice - insistiu em ser atendida pelos médicos da família que estavam viajando e não chegaram a tempo de salvá-la - ainda paira no

ar a suspeita que Jose tenha "escolhido a morte". Ou seja: simplesmente tirado o time de campo, numa situação de impasse em que a autora do roteiro não apresentou (nem para os personagens, nem para os espectadores) nenhum vislumbre de alternativa inteligente.

É claro que com mais essa culpa indefinida pesando na consciência Márcio e Lili ainda vão demorar muitos capítulos para se encontrarem numa boa. Uma demora oportuna para os patrocinadores, uma vez que o romance empatado dos dois continua sendo o maior ou talvez o único elemento de motivação do público. O resto da novela, é uma sucessão tediosa de neuroses domésticas.

A solução entretanto será, comô

tudo mais no Astro, lenta, segura e gradual. Como foi lenta e gradual a reincorporação de Márcio à família até que, "esquecido" (e o público também) de suas divergências, ele tenha se tornado um empresário responsável, careta e bem sucedido.

Como é lento e gradual o afastamento de Lili em relação aos seus padrões de origem até que ela se transforme na jovem senhora distinta incapaz de evocar, na sua relação com Márcio, o antigo conflito de classes do início da novela. E as contradições criadas nos primeiros capítulos para justificar a trama vão se dissolvendo assim em lenta distensão, até deixarem de existir completamente - na esperança de que o espectador simplesmente se esqueça delas. (Maria Rita Kohl)



Gol Contra!

Regulamentação da Profissão de Ator

A recente festa no palácio do Planalto, que reuniu os grandes astros da telenovela, nomes badalados do estrelato, os ministros da Educação, Trabalho e Justiça e mais o Presidente da República foi a última cena de todo um processo de lutas contraditórias, desde há 50 anos, pela regulamentação das profissões de artista e técnico de espetáculos. E nesse aparente happy end, o drama de meio século fez-se farsa, com algumas passagens tragicômicas, maestria do peleguismo atrasado que lidera o sindicato dos atores, no Rio de Janeiro. O regime militar concordou - dentro de seus projetos trabalhistas e pretensões de aproximação com o "mundo artístico" - em assinar a lei; ganhando no troco toda uma propaganda gratuita a seu favor, em véspera de eleições. Sinceramente, propaganda mal paga, pois que o projeto de lei aprovado não vale tanto o oba-oba que se fez em torno dele. E quem reconheceu isto logo de imediato, foi o próprio general-presidente, ao frisar no seu discurso de agradecimento ao beija-mão dos astros, que a lei era limitada. Isto em se tratando de lei, texto escrito e registrado, prá não falarmos dos rabos que seus artigos deixam prá manipulação empresarial: afinal de contas, foi Getúlio Vargas mesmo quem disse, nos ensinando: "A lei, ora a lei!" E isto, sem entrarmos no desmerecimento político dessa lei, a proibição do ator improvisar em cena; e os impasses que essa lei há de criar para o teatro independente que emerge junto aos setores explorados e oprimidos da população.

Despolitizando os artistas

Pois no momento em que operários de toda a área industrial paulista se mobilizam fazendo avançar suas conquistas contra o arrocho salarial, aprofundando suas palavras de ordem, desmoralizando o espectro aterrador da repressão que gera o imobilismo, politizando suas propostas de organização desde a proposição de desatrelamento da estrutura sindical ao Ministério do Trabalho. Pois no momento em que os estudantes buscam, na mobilização de massas, a transcendência de suas lutas específicas, fazendo emergir a questão do socialismo. Pois nesse momento da conjuntura em que até setores da burguesia fazem dum diabo dois para recular suas formas de dominação, contestando o atraso do regime com relação às suas aspi-

rações de classe de dominante. Pois nesse momento histórico por que passa o país, num ano eleitoral e de movimentação política, o presidente do Sindicato dos Artistas do Rio de Janeiro, o ator Otávio Augusto, malgrado suas boas intenções de líder de seus colegas (de boa memória, louvado o tempo em que ele defendia o fim do teatro burguês: mudou o natal, ou mudei eu?!), liderou o hino de loas, elogios e agradecimentos ao "senhor presidente", o mesmo presidente do regime que já proibiu mais de 400 peças teatrais. Elogios e agradecimentos a todas as autoridades presentes e ausentes - de Geisel a Armando Falcão - considerando a (modesta) conquista da aprovação da lei de regulamentação, um fruto da consciência da categoria em não lançar mão de argumentos políticos, enquanto o governo lhe preparava, nos cochavos de gabinete, o "pacote" feito assim "presente" da presidência: "Também quero esclarecer - disse Otávio Augusto, para Geisel - que chegamos a este momento com esta vitória, porque esta categoria se uniu e soube ter consciência de não fazer disso uma luta partidária". E desse modo, louva-se a despolitização dos artistas, pois que despolitizados é que "conseguirão alcançar suas reivindicações". Invertendo-se e jogando-se por terra, dessa maneira, todo um processo de viabilização de fortalecimento de dada categoria profissional que há anos ia às ruas, unindo suas lutas e aspirações às lutas estudantis, aprofundando suas práticas de integração e comprometimento com as questões pertinentes ao desenvolvimento das contradições políticas e históricas de nossa sociedade.

A crise e as lutas

E sabido que os trabalhadores do palco se desarticularam e se desmobilizaram com o terror cultural implantado desde o Ato-5. Como também se sabe que suas participações nos movimentos de 68 não permitiram (por suas nuances liberais e atrelamento à tradição populista-reformista) criar canais de organização e nível de consciência bastante desenvolvidos para enfrentar as adversidades do momento. Esse período de crises chegou a uma situação limite, recuperada pelo próprio regime, com sua política de auxílio aos empresários teatrais, promovendo uma maior capitalização do investimento em espetáculos. E a retomada da mobilização da categoria se fez no descenso, através do encaminhamento de lutas específicas, a luta sindical, calcada

Elogios e agradecimentos a todas as autoridades presentes e ausentes considerando a conquista da aprovação da lei de regulamentação um "presente" da presidência. Louva-se a despolitização dos artistas, pois que despolitizados é que "conseguirão alcançar suas reivindicações".



principalmente na questão da regulamentação da profissão de ator.

Pressupunha esse processo, de início, uma mudança mentalidade dos artistas, fazendo com que através disso passassem a se reconhecer enquanto trabalhadores, com direitos a reivindicar, sabendo-se explorados. Um sentido que apontaria para uma politização mais concreta e menos idealista, do que a dos anos anteriores, considerada a relativa importância desses anos, em termos históricos.

É claro que todo esse projeto só surtiria efeito se levado corretamente e com a total clareza de seus objetivos, sem se atolar no peleguismo sindical, mesmo que peleguismo sob novas formas de expressão. Aliás toda essa tática controvérsia, de algum modo vem dando certo, em São Paulo, quando os setores conseguiram fazer desenvolver, por meio de assembleias e reuniões, todo um processo de mobilização chegando a conquistar com uma chapa de oposição sindical o controle do sindicato, na proposição de uma plataforma, mesmo que contraditória, porém aglutinadora se considerarmos o nível de consciência dos atores. E não foi à toa que justamente em São Paulo é que os atores foram para a rua, defender junto à população os últimos momentos prévios à aprovação da lei em Brasília. Consideradas, neste artigo, as limitações desse trabalho, pois que o jornalzinho desse movimento tem formulações de arrear os cabelos: por exemplo, o artigo que fala em "maus patrões"; o que deixa a gente se interrogando se o "tal bom patrão" explora menos! Mas foi-se para as ruas, mobilizaram-se os atores numa prática reivindicatória junto à população. E não é à toa que é justamente em São Paulo onde a categoria se encontra mais organizada na defesa de seus problemas.

A superação das utopias

O processo de politização dos artistas é bem mais complexo do que se supõe. Seu comprometimento com uma perspectiva histórica que mude o caráter de classe do teatro, no Brasil, está na dependência direta da superação de todos os desvios de uma prática calcada em mitos e numa vivência peculiar que produz uma consciência particularizada e marginalizada da consciência do real. O prof. Arthur Giamotti, por volta de 1974, analisando essa prática, bem a definiu com palavras que ainda hoje - considerados os

4 anos passados - devem ser consideradas como conclusões bem a propósito:

(...) o ator é diretamente um assalariado, produzindo mais valia, e o diretor, às vezes um assalariado, na maior parte do tempo, porém, associado a um produtor. Mas tais empresas, nas condições brasileiras, são extremamente frágeis, sempre na dependência de doações e privilégios oficiais, de sorte que todos se sentem à margem do sistema, usufruindo de suas migalhas, desenvolvendo uma consciência, que, se é crítica, tende à utopia. O artista ora sonha com um teatro popular, a casa cheia de gente dialogando fraternalmente sobre questões políticas ou da vida cotidiana; ora vem a público contar suas próprias mazelas; ora caminha para trás numa tentativa de destruir o próprio teatro e chegar a um ponto zero de consciência, de onde fosse possível começar tudo de novo. Os atores, assalariados eventuais, e diretores e produtores, capitalistas de ocasião todos estão sempre imaginando um sistema em que pudessem se inserir de uma forma mais contínua. Daí um certo fascínio pela integração comunitária que pode levar aos temas de comunhão espiritual ou da viagem da descoberta, num nítido salto para os assuntos caros à cultura oficial".

Concluindo, por seu texto, que a visão crítica do "homem de teatro" no Brasil, "no máximo contrapõe às misérias deste mundo a utopia de um socialismo abstrato que não encara a crítica das atuais estruturas de poder e os caminhos de sua superação".

Assim, diante deste panorama de complexidades, sem dúvida, o caminho mais correto para se superar essa situação de existência política será um beija-mão em Geisel. Nem será fazendo com que, num momento de emoção e ingenuidade, o grande Otelo se faça tão pequeno, ao gritar nervoso, das galerias do Congresso, um "obrigado a todos os partidos", pela aprovação dessa lei que levou 50 anos para sair e acabou servindo de pretexto para propaganda do regime militar, na hora em que seu pano está para cair.

PS.: Verdade que se diga: no Planalto estavam apenas os grandes astros, os salários milionários do estrelato, pois lá não estavam os nomes do numeroso e mal pago elenco desse país, aqueles que carregam nas costas de uma situação de vida restrita, o dia a dia de nosso palco.

JOSÉ ARRABAL

A escola como prática da autoridade

Um dos pontos de estrangulamento com que sempre se defrontaram as diversas propostas de superação do capitalismo constitui a "questão" da escola, ou seja, o problema da definição de uma política socialista no campo da educação. A visão pequeno-burguesa do sistema escolar (1) tem sido um dos meios em que se destilam as contradições geradas por essa forma de organização educacional; por isso mesmo, representa um "fundo" de reservas potenciais para soluções ainda burguesas das crises estudantis. As concepções reformistas de "democratização do ensino", "participação", baseiam-se amplamente nessa concepção "técnica" da educação.

Uma alternativa revolucionária deve questionar não só nem fundamentalmente o que nos ensinam, mas como nos ensinam, quais as relações de poder e autoridade que a escola, enquanto aparelho ideológico do Estado, mantém e reproduz.

Na sociedade capitalista, a escola desempenha um papel fundamental na reprodução das relações de exploração. Esse papel tem um duplo aspecto, que responde às necessidades suscitadas com o desenvolvimento do capitalismo: a qualificação crescente da força de trabalho (o aumento de sua capacidade produtiva); e a difusão/imposição das ideologias dominantes sobre o conjunto da sociedade, o que faz da escola um lugar privilegiado da luta ideológica.

Um parêntese para se fazer uma clarificação do que se entende por ideologia. Não podemos defini-las como um abstrato "conjunto de idéias", fixadas no plano puramente espiritual. A ideologia dominante concretiza-se enquanto prática social e, portanto, prática de classe. "A ideologia não é um simples conteúdo de discursos ou um sistema de representações (...) a ideologia dominante é um poder organizado, um conjunto de instituições (sistema de saber, sistema de informação, etc.)" (2)

Constitui-se, pois, puro formalismo pensar o processo ideológico como mera "difusão" da ideologia dominante. A luta ideológica que a burguesia trava encaminha-se também no sentido de impedir que concepções e práticas antagonistas às necessidades de reprodução do sistema se desenvolvam no seio da sociedade.

Sob essa ótica, compreendemos essa problemática à luz da luta de classes, pois a idéia de difusão não percebe a luta ideológica como uma relação contraditória em que a classe dominante empreende um combate encarniçado.

Dias de protestos dos professores nas universidades estaduais paulistas começam a acontecer com maior frequência e significam na prática a superação do repressivo decreto 477. Suas associações de classe como seus movimentos de opo-

sição sindical têm ganhado uma dinâmica própria conseguindo envolver parcelas maiores dessa categoria. O papel dos professores e das instituições escolares são discutidos neste arti-

mação de toda a sociedade), uma compreensão de que a escola, como parte integrante dos aparelhos ideológicos do Estado, deve ser substituída por novas formas de educação e aprendizagem, que possibilitem romper a rígida barreira da estruturação educacional atual. A escola não deve ser identificada à educação. Muito longe de ser uma abstrata necessidade de um não menos abstrato "desenvolvimento das forças produtivas", ou da "divisão técnica do trabalho", a escola é filha diletta da divisão social do trabalho efetivada historicamente pelo capitalismo.

Os acontecimentos ocorridos na China nos anos 66/69, designados por revolução cultural proletária - uma experiência contraditória e cheia de senões por certo, como qualquer processo revolucionário - fez talvez a primeira tentativa de avançar em direção à superação da divisão capitalista do trabalho, particularizada no ensino. Questionando profundamente as bases e os critérios dos métodos de ensino (relação professor/aluno, estrutura de poder e autoridade), os "enfant-terribles" da revolução cultural conseguiram jogar um primeiro facho de luz, numa tentativa de aplastar essa densa neblina que o moderno revisionismo criou em torno de instituições (como a escola) nas sociedades de transição.

A busca dessa superação se tentou através de uma prática educativa radicalmente nova, transformada e transformadora, formando embriões do que poderá vir a ser o ensino no período do socialismo: a sociedade se auto-educando e os métodos de trabalho e direção determinados coletivamente. Entretanto, o fantasma do "guia genial dos povos" paira ainda sobre nossas cabeças...

Cláudio Antonio

NOTAS:

(1) - Esta visão entende a escola como fator fundamental no processo de "democratização social" da sociedade, incorporando todos os valores a ele inerentes (estrutura seletiva, promocional, etc), criticando-lhe suas "deficiências" em termos do bom andamento desse tipo de estrutura. Ver a esse respeito, TOMAS A. VASCONI, "Contra a Escola".

(2) - Jacques Rancière - "Sobre a teoria da ideologia - A política de Althusser".

(3) - Amibal Ponce - "Educação e Luta de Classes".

(4) - Karl Marx - Grundrisse

(5) - Louis Althusser - "Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado".

O aparelho escolar é um ramo desse todo, tomado hoje não só indispensável na reprodução do sistema, mas também permanente foco de tensão e contestações contra a estrutura de classes que se pretende perpetuar.

Talvez a maior "lição" das explosões estudantis de Maio de 68 na França e em todo mundo foi o início do questionamento da escola enquanto instrumento de poder, cuja explicação não se dá unicamente ao nível dos conteúdos de ensino (ideologia ou ciência?), mas precisamente na relação professor/aluno, na hierarquização de funções, no enquadramento do aluno sob os esquemas de dominação, na vinculação da escola às necessidades da produção, etc.

Deus está morto; rápido, entrem os mestres!

O sistema escolar não é uma "necessidade geral" da sociedade; foi produto do desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista. E o que normalmente se entende como "funções" aparentemente neutras (o papel assumido por professores e alunos) são decorrências da divisão social do trabalho que o capitalismo determinou.

"Estávamos tão acostumados a identificar a Escola com a Educação e a esta com o plano individualista que intervém sempre um educador e um educando que nos custa um pouco reconhecer que a educação na comunidade primitiva era uma função espontânea da sociedade em seu conjunto". (3)

Particularmente na fase da grande indústria, em que o capital passa a submeter plenamente o trabalho, o desenvolvimento da produção necessita de uma crescente especialização da força de trabalho (não no sentido de aquisição de conhecimentos científicos, mas de manuseio da maquinaria) e de uma ampliação dos quadros técnicos (estes sim, formados agentes burgueses, que detêm o monopólio do saber e controlam a produção).

Se antes, no período manufatureiro, o artesão possuía um conhecimento quase pleno de seu ofício, com a grande indústria, a relação trabalho/meios de produção é substancialmente transformada.

A subordinação real do trabalho ao capital pressupõe inclusive que a habilidade, o conhecimento se transformem em trabalho morto: "(...) esta ciência já não existe pois, no cérebro dos trabalhadores: através da máquina atua muito mais sobre eles como uma força estranha". (4).

A divisão trabalho manual/trabalho intelectual que a organização capitalista da produção material determina é institucionalizada pelo aparelho escolar, nascido e aperfeiçoado para atender às exigências subjacentes à propriedade capitalista dos meios de produção.

"A reprodução da força de trabalho, então, põe de manifesto como condição sine qua non, não só a reprodução de sua "qualificação", mas também a reprodução de sua submissão à ideologia dominante, ou da "prática" desta ideologia (...), "não só, mas também", já que parece que nos modos e sob os modos de submissão ideológica se assegura a reprodução da força de trabalho" (5).

A "dupla função" da escola

O aparelho escolar se bifurca em dois pontos distintos, a saber: a formação de dominados e a formação de dominadores e agentes dessa dominação. Dentro dessa divisão, cabe ao ensino primário o cumprimento da primeira fase: atuando sobre o conjunto da sociedade, mais ou menos indistintamente, age como formador ideológico das classes dominadas, pois nesse período predominam a inculcação ideológica e a for-

mação elementar das futuras forças de trabalho.

O ensino medido e principalmente universitário vai tratar de formar os quadros da "intelligentia" burguesa, os agentes da exploração nos diversos níveis: econômico (gerentes, diretores), político (dirigentes partidários, burocratas), ideológico (juristas, ideólogos, mestres).

Verifica-se, então, que num determinado ponto, há uma alteração nas "funções" da escola, ponto esse em que o sistema burguês de ensino deixa de produzir exploradores e passa a produzir os exploradores e/ou seus agentes. Aqui, embora não abdique da tarefa de inculcação ideológica, o essencial da escola passa a ser a preparação dos alunos para as funções de exercício da dominação de classe.

Resgatando 68: abaixo a escola!

As experiências das grandes lutas estudantis em todo o mundo mostram e estão mostrando que uma política que se pretenda revolucionária no campo da educação exige, além da articulação com as lutas políticas mais gerais (não se pode falar de uma universidade socialista ou "crítica" sem a transfor-

Régis Debray revê a guerrilha

Esta é a primeira parte de uma entrevista exclusiva de Régis Debray ao EM TEMPO.

Nela, o "teorizador da Revolução Cubana", que generalizou na década de 60 a "teoria do foco guerrilheiro" para a América Latina, faz uma autocrítica explícita das posições que defendeu na época. E opina sobre o significado e consequências da política de "defesa dos Direitos Humanos" de Jimmy Carter, discutindo também a penetração da Social-Democracia europeia no Continente latino-americano.

Depoimento a J. Mattos (Paris)

EM TEMPO - A década de 60 foi muito rica em experiências revolucionárias. Na América Latina, a vitória da Revolução Cubana e a guerrilha do "Che" Guevara na Bolívia tiveram uma considerável influência na teoria e na prática política de importantes setores da Esquerda Revolucionária. A sua passagem por Cuba, Venezuela e Bolívia (aonde você foi preso acusado de participação na guerrilha do Che) assim como a publicação do seu livro "Revolução na Revolução", em 1966, não foram estranhas a estes acontecimentos. Doze anos depois, qual é o balanço que você faz daquele período?

R. DEBRAY - Este balanço eu tentei fazê-lo em 1974 num livro intitulado "A crítica das armas" que, incluindo "A guerrilha do Che", completaram três volumes e mais de oitocentas páginas (1). Portanto, eu terei bastante dificuldade em resumir-lo brevemente.

Antes de mais nada, quero deixar claro que considero este balanço indispensável. Ainda pior que cometer um erro é não tomá-lo em conta e analisá-lo detidamente. O primeiro dever dos revolucionários na América Latina é de fugir desta tentação de recalque psicanalítico, que consiste em passar por cima dos traumas e que, na verdade, faz reconduzir o traumatismo e perpetua os efeitos.

O meu balanço é, à primeira vista, a derrota. Mas derrota de que? Ao final dos anos 50 observa-se o esgotamento de um determinado modelo de acumulação capitalista na América Latina, sobre a base do qual explode a Revolução Cubana que provoca, por outro lado, o crescimento das lutas populares no continente. A guerrilha do Che intervém em um momento no qual esta vaga de lutas populares já se encontra em refluxo. Um dos dramas do período é que não houve uma coincidência entre o ascenso da luta de massas na América Central, na Venezuela e na Bolívia com o início da luta armada. Neste sentido, houve um atraso clássico da consciência em relação às condições reais. Meu livro "Revolução na Revolução" é um dos sintomas deste fenômeno, visto que, neste livro, escrito em 1966, numa época na qual fundamentalmente o foquismo encontrava-se defasado da realidade, eu o apresentei como um programa para o futuro.

Talvez esta cronologia pareça estranha para os brasileiros. E isto se compreende já que, de fato, o Brasil encontrava-se defasado com relação ao continente hispano-americano. No Brasil, as vanguardas revolucionárias começam o processo de luta armada quando esta praticamente já terminou em outros lugares, isto é, no momento em que três lugares essenciais da guerrilha (Guatemala, Venezuela e Bolívia) esta já é, praticamente, um episódio terminado (em 1967/1968). Esta defasagem brasileira é interessante simplesmente para entender o que eu tinha dito anteriormente. Não pretendo aqui explicá-la.

"Armas sem povo"

Quanto à "Revolução na Revolução", eu retomo um capítulo do "Crítica das armas" e cito: "... seu erro foi o de fazer a economia das

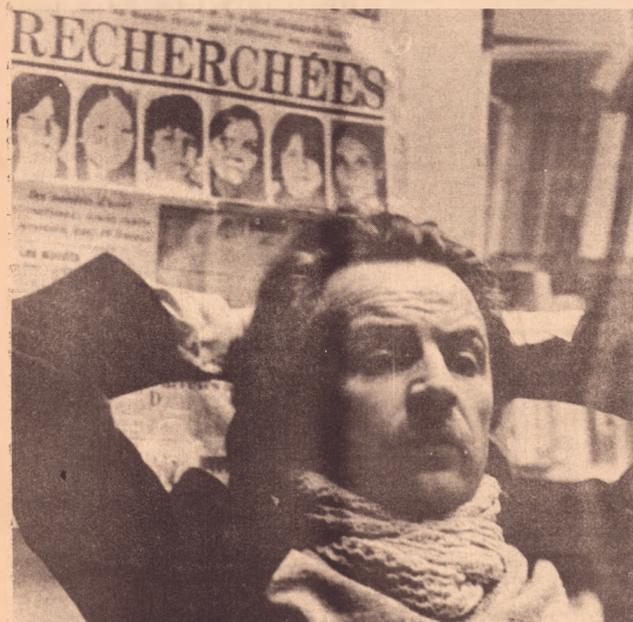
premissas político-econômicas para chegar logo às conclusões, apresentar um resultado (a guerrilha em ação, ligada ao povo e se transformando em vanguarda política da nação e privada da sua gênese), um certo produto militar sem suas condições de produção (econômicas, sociais e políticas). Não levávamos em conta os pré-requisitos objetivos da guerra de guerrilhas para nos dedicar aos métodos próprios a assegurar o sucesso militar, uma vez lançada a guerrilha. Em outros termos, este texto dava indicações úteis, no abstrato, sobre a maneira de resolver o problema do poder, sem se ocupar de saber se as condições objetivas estavam reunidas para resolvê-lo hic et nunc. Por isto o subjetivo descolava do objetivo; as regras da ação revolucionária, consciente e organizada, das leis da luta de classes e de seu desenvolvimento; a "arte" militar, da "ciência" política". (2)

Se avançamos mais na análise devemos considerar, independentemente deste meu livrinho ("Revolução na Revolução"), o conjunto do período histórico. A "grosso modo", as vanguardas revolucionárias armadas não estavam vinculadas ao movimento operário em expansão e, portanto, não eram revolucionárias senão no papel e nas suas cabeças. Assistimos assim a um fenômeno de "armas sem povo". Este fenômeno teve, de certa forma, sua contrapartida reflexa na experiência chilena com um "povo sem armas". O balanço destes dois movimentos, o militar e o político, é a derrota. A razão histórica destas derrotas: é a questão da maturidade da revolução socialista que se coloca.

Pessoalmente, na "Crítica das armas", eu tentei levar isto em conta. E apenas um esquema geral e, portanto, aproximativo, mas que se expressa globalmente da forma seguinte: muitas sociedades latino-americanas não são mais maduras para uma revolução democrático-burguesa (que comporta um desenvolvimento perigoso para uma eventual burguesia nacional) mas não são ainda maduras para uma revolução socialista, visto o pouco desenvolvimento ou consciência do proletariado industrial. Assim, a burguesia consegue estabelecer uma ampla aliança que permite a continuação da acumulação capitalista com um bloco de classes suscetível de realizá-la. Não poderia ser o caso atual da Nicarágua, ligado ao atraso político e social, à manutenção de um poder arcaico em um país que já não é mais?

O que é certo é a necessidade imperativa de fazer-se um balanço profundo em cada país, de todo este período, que tem ensinamentos político-militares decisivos. A questão da retaguarda, por exemplo, em todos os sentidos da palavra, é uma questão estratégica para a luta revolucionária, visto que o que se verificou foi um excesso de vanguarda e uma insuficiência de retaguarda seja no sentido social, logístico, operacional ou político.

Em todo caso, não cabe aqui tirar nenhuma conclusão geral. E a cada país ea cada grupo que atravessou uma experiência deste tipo que cabe tirar uma conclusão. Fechar o parêntese, como se nada tivesse acontecido, seria catastrófico.



Direitos Humanos: brecha a utilizar?

"Esta teoria dos Direitos Humanos não foi promovida para a satisfação dos latino-americanos e sim como instrumento de luta contra a União Soviética".

EM TEMPO - A administração norte-americana do presidente Carter está desenvolvendo na América Latina uma tímida e ineficaz política em defesa dos Direitos Humanos. Esta política, que se desenvolve a nível internacional, parece ter, na América Latina, o objetivo de apagar a imagem (gravada na memória de nossos povos) da política norte-americana de intervenção militar (como no caso da República Dominicana em 1965), de desestabilização de regimes democráticos progressistas (como ocorreu com o governo Allende no Chile) e de apoio à generalização de regime militares em quase todo continente. Para você, a que corresponde esta política e qual o seu significado?

R.D. - Sem dúvida esta política é global, ela se dá em escala internacional. Portanto, o que se passa na América Latina é a contrapartida, mesmo que em menor medida, da nova estratégia ideológica dos Estados Unidos.

O imperialismo americano sofreu uma crise interna de legitimidade ligada à guerra do Vietnã e a Watergate, uma crise internacional na coesão das alianças e teve que enfrentar-se a um crescimento do movimento democrático, em particular na Europa. Foi necessário então, a um determinado momento, refazer a moral pública como elemento ideológico do estado norte-americano. Não se trata de uma astúcia ou de um plano baseado em uma ideologia instrumental, pois existe nos Estados Unidos uma fonte democrática autêntica e popular que provém das origens da revolução americana. Portanto, ela não é puramente manipulatória mas é, também, manipulatória. Sobre o fundo messiânico-democrático, vinculado à ideologia religiosa da sociedade americana, desenvolveu-se uma contra-ofensiva ideológica destinada a recuperar a iniciativa numa confrontação ideológica em vias de ser perdida.

Nesta contra-ofensiva, é o socialismo, antes de mais nada, que é vi-



Debray, um dos inspiradores de grande parte da esquerda brasileira nos anos 60

sado, isto é, o socialismo entre aspas, ou seja, os dois "campos socialistas" existentes. A questão dos Direitos Humanos na América Latina é nada mais que um subproduto da questão dos Direitos Humanos na União Soviética. E um subproduto utilizável e que tem, provavelmente, aspectos positivos para a América Latina. Não se pode esquecer, no entanto, que esta "teoria" dos Direitos Humanos não foi promovida para a satisfação dos latino-americanos e sim como instrumento de luta contra a União Soviética.

Isto dito, eu creio que a questão dos Direitos Humanos representa um espaço tático muito interessante para as forças progressistas da América Latina. E preciso levar em conta, no entanto, a parte hipócrita desta política que, por exemplo,

não exclui que o Xá do Irã seja definido por Carter como "um grande democrata" quando ele não passa de um despota sanguinário e não impede uma série flagrante de contradições na política externa dos EUA. Apesar de tudo, por mais hipócrita, parcial ou tática que se expresse a ideologia americana nesta política de defesa dos Direitos Humanos, se trata de provocar e ampliar as condições que aparecem, por exemplo, entre a administração americana e o regime chileno ou entre o regime brasileiro e a administração americana.

Esta contra-ofensiva pelos Direitos Humanos não contém um objetivo político em si, mas pode permitir às forças nacionais democráticas desenvolver e ampliar seu campo de lutas e conquistas.



O papel da Social-Democracia na América Latina

"A Social Democracia não fará a revolução na América Latina. Mas tampouco fará a contra-revolução".

EM TEMPO - Frente às tentativas de "redemocratização" que se verificam atualmente em vários países do continente observa-se um maior interesse da social-democracia europeia pela região. Em recente entrevista concedida a uma revista francesa, você afirmou que "a ação da Internacional Socialista, em particular da social-democracia alemã, serve como correia de transmissão dos Estados Unidos na América Latina, na África e em Portugal". Como você vê a expressão concreta desta função que desempenharia a social-democracia?

R.D. - Primeiramente, a chamada social-democracia europeia é ainda um mito. A Internacional Socialista é uma internacional sem unidade de direção, sem meios autônomos e com muito pouca coerência política. A Internacional Socialista é a confederação formal dos partidos socialistas existentes, tem sua sede em Londres e não mais de quatro ou cinco "profissionais" ao todo.

No interior da IS existem diferentes forças políticas em luta e ela é o resultado de uma correlação de forças entre partidos. Suas principais forças são: uma tendência de "esquerda", representada pela social-democracia sueca, pelo Partido Socialista francês e pelo P.S.O. Espanhol (sobretudo depois da sua fusão com os socialistas de Tierno Galvan) e uma tendência de "direi-

ta", dirigida e inspirada pelo SPD alemão e seguida pelo Labor inglês e pelos social-democratas austríacos, entre outros. Existe uma terceira corrente, "de centro", composta por diversos partidos, entre os quais o belga, o holandês e o italiano, que se aproximam a um ou outro dos polos de acordo com a evolução da correlação de forças.

Me parece importante considerar estes dados para que não caiamos em uma visão policial da história onde um complot social-democrata estenderia a sua influência sobre a América Latina. Isto não é verdade e não funciona assim, existindo um forte grau de incoerência, de espontaneidade e de improvisação na política (se é que ela existe) da social-democracia para a América Latina.

Isto dito, cabe ressaltar que a derrota da esquerda nas eleições francesas reforçou consideravelmente o pólo de "direita" da IS. A social-democracia alemã dispõe de consideráveis meios financeiros e de uma penetração econômica e cultural (seja através da Fundação Friederich Ebert ou de outras formas) que ela não deixa de utilizar. Ela também tem uma primeira vantagem que é a de contar com uma "cabeça-de-ponte" como Willy Brandt, aceitável pelas duas tendências e que serve de elemento de ligação.

A social-democracia, pelas suas origens históricas, sempre foi euro-

centrista e não teve bases importantes no "terceiro mundo". E não é por acaso, pois buscando assegurar a reprodução do grande capital europeu e este necessitando do colonialismo... A morosidade da 2ª Internacional no começo do século e sobretudo após a cisão de 1920, fez com que ela se voltasse para a Europa, deixando os países coloniais e semi-coloniais à 3ª Internacional.

Podemos mesmo dizer que social-democracia se fortalece nos países desenvolvidos e industrializados, enquanto o marxismo-leninismo só triunfou nos países coloniais ou semi-coloniais. Esta espécie de divisão do mundo implícita, se faz a partir de 1920.

Máscara do Imperialismo?

De repente, a partir do final dos anos 60 e começo dos anos 70, se observa uma tomada de consciência entre os social-democratas europeus sobre o papel que desempenharam no "terceiro mundo". Duas razões podem explicar este fenômeno. A primeira é, sem dúvida, a relação estabelecida entre a social-democracia sueca e os movimentos de libertação das colônias portuguesas. Esta relação se consolidou durante a luta contra o colonialismo português e se aprofundou no campo político, diplomático e econômico. A segunda, e não menos importante, corresponde à necessidade do imperialismo norte-americano em se fazer substituir por certos partidos social-democratas europeus que não portavam o estigma do "império" norte-americano.

Aqui, de novo, eu acho que ou fazemos a moral, como os ditos "novos filósofos", ou fazemos política e buscamos o conjunto de elementos

que nos permitam modificar o sistema. Eu acho que existe pelo menos um ponto de coincidência entre as forças revolucionárias e a social-democracia europeia no que diz respeito à América Latina, que é a defesa da democracia.

Os únicos países aonde a social-democracia europeia tem uma caixa de ressonância e aonde poderia servir como elemento de substituição à tutela imperial são o México, Costa Rica (antes das eleições) e a Venezuela, que são países "democráticos". Este não é o caso do Chile ou do Brasil. Portanto, existe, de fato, um espaço para um acordo tático quanto à democratização, mesmo que esta seja de caráter burgues. Em certas condições nacionais na América Latina, eu creio que a social-democracia desempenha um papel positivo. Evidentemente, numa situação revolucionária, estando a revolução socialista na ordem-do-dia, talvez não se pudesse fazer esta avaliação. Mas creio não ser este o caso atualmente. Portanto, não acho que Willy Brandt possa ser considerado, na América Latina, como um representante do imperialismo norte-americano - isto seria demasiado simplismo. Ele deveria ser considerado como alguém que vem aprofundar determinadas contradições e instaurar condições mais favoráveis (que as de antigamente) de luta para aqueles que se encontram aptos a lutar pela revolução.

Seguramente, a social-democracia não fará a revolução na América Latina. Mas tampouco fará a contra-revolução.

Minha resposta, certamente, será considerada demasiado "tática", mas as coisas são assim mesmo.

(1) REGIS DEBRAY: "La critique des armes", dois volumes, Editions du Seuil, Paris, 1974 e "La guerrilla du Che", Editions du Seuil, Paris, 1975.

(2) Op. cit Volume I, pag. 239.

Os partidos e a Constituinte

Aqui está um quadro dos principais partidos da esquerda e da direita que se inscreveram para as eleições de uma Assembléia Constituinte no Peru, marcada para o dia 18 deste mês. Ele foi elaborado a partir, principalmente, de uma entrevista exclusiva que o jornalista e sociólogo peruano, Manuel Manrique, concedeu ao EM TEMPO, quando passou pelo Brasil em maio. Manrique apóia as posições do partido Socialista Revolucionário.

Depoimento a Cristina Pfau e Carlos Tibúrcio

Partido Socialista Revolucionário - PSR

Presidido pelo ex-general Leonidas Rodríguez Figueiroa. Agrupa setores que participaram da primeira fase do "Revolução Peruana" - o período do general Velasco Alvarado, juntamente com setores de formação marxista. É considerado a mais importante força de esquerda: sozinho, conseguiu 55 mil assinaturas para inscrever-se como concorrente à Constituinte. 15 mil a mais do que o legalmente exigido. O PSR defende um socialismo não alinhado com as grandes tendências do Movimento Comunista Internacional (URSS, China, IV Internacional). Pretende "salvar" os aspectos positivos da experiência política peruana iniciada com Alvarado. **Constituinte:** defenderá "o direito de trabalho para todos", por entender que este, se assegurado na Constituição, servirá de ponto de apoio à luta popular para que, de fato, esse direito venha a se concretizar. Além da melhoria das condições de vida do povo e das garantias sociais e políticas, defenderá uma "política de regionalização da economia que atenda necessidades específicas, e não às da acumulação do capital". O PSR considera a Constituinte um processo de dupla dimensão que, se de um lado pode legalizar a liberdade do povo em unir-se e em organizar-se, de outro, na medida em que pode levar a direita ao poder, institucionalizará as medidas repressivas, de desnacionalização, etc. que esta vier a tomar. É clara a sua consciência de que, uma vez que todas as Constituições do País já foram sistematicamente violadas, a garantia de que qualquer conquista democrática que se venha a obter agora se efetivaram, so se dará com o fortalecimento, nas bases, das organizações populares, de modo a estabelecer uma correlação de forças favorável no enfrentamento com a direita. "Se estamos nesta luta, é para acumular forças e tornar mais difícil a repressão que virá".

Partido Comunista Peruano - Unidat - PCPU (para diferenciar do PCP, pró-chinês).

É de orientação soviética, e lidera a Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru-CGTP, a principal central sindical do país. Foi fundado por José Carlos Mariátegui e é dirigido, atualmente, por Jorge del Prado. Sofreu divisões internas, há pouco tempo, cujas repercussões eleitorais ainda são difíceis de avaliar. O partido deu, ao governo Alvarado, apoio incondicional, "até que se deu conta de que por ali não haveria socialismo", segundo relato de Manrique. **Constituinte:** Participará tendo como meta a incorporação das reformas da "Revolução peruana" à Constituição. O partido mantém, ainda "uma porta aberta para um possível acordo com Morales Bermúdez".

União Democrática Popular - UDP

Agrupa 18 organizações de esquerda marxista radical, a maioria das quais facções da Vanguarda Revolucionária - VR, juntamente com quatro facções do MIR - Movimento de Esquerda Revolucionária -, duas do PCR, o PC-Maioria (cisão, em janeiro passado, o PC-Unidade, e constituído pela juventude e pela maioria das bases sindicais), e outras organizações menores. Também intelectuais independentes participam da UDP. Quando a Vanguarda Revolucionária, é uma organização de origem maoísta, criada em 1968 e que, a partir de 1971, rompeu-se seguidamente. A VR se caracterizava, a princípio, por interpretar o governo Alvarado como "pró-imperialista", e suas divisões se dão em função do aparecimento de outras interpretações: de que era um esforço para construir bases para o surgimento de uma burguesia nacional, ou de que caminhava no sentido de se conseguir melhores condições com o grande capital, ou uma forma de adquirir um nível de "soberania própria". Embora todos entendessem o processo como uma forma de melhorar a organização capitalista, também não havia clareza quanto a quem esta serviria: se à burguesia, se ao fortalecimento do Estado capitalista em detrimento da própria burguesia. Esta questão, bastante complexa, também causou o fracionamento de muitos partidos autodenominados pró-chineses. Estes, que interpretavam o governo militar como uma reprodução de formas de domínio imperialista dentro de sua estratégia para a América Latina (e mais especificamente para o Peru, definindo, inclusive, a reforma agrária - a mais radical - como pró-latifundiários), não estão participando diretamente das eleições para a Constituinte. As lutas pelo poder na China, no último ano, e as contradições de sua política externa, contribuíram consideravelmente para a dispersão de suas organizações. "Hoje, - diz Manrique, já é bem difícil definir quem é ou não pró-chinês, e de que forma estão participando do processo político-eleitoral".

Frete Obreira Campesina Estudantil Popular - FOCSEP

Aliança eleitoral de maoístas e vários partidos vinculados à IV Internacional (trotskista), como o Partido Obrero Marxista Revolucionário e o Partido Obrero de los Trabajadores, de Hugo Blan-

Partido Popular Cristiano - PPC

Ultra-direita, dirigido por um ex-prefeito de Lima, Luis Bedoya Reyes, agente do capital financeiro e industrial, onde tem obtido apoio. Algumas obras que realizou em Lima deram-lhe certo prestígio popular. É considerado, pelos peruanos, do tipo "rouba mas faz", apesar de ser definido como "nem popular, nem cristão".

Movimento Democrático Peruano - MDP

Tenta congregar os herdeiros políticos de Manuel Prado Ugarteche, duas vezes presidente (1939/45 e 1956/62), representante da oligarquia latifundiária. Defende, junto com o APRA e o PPC, uma Constituinte com reformas.

Movimento Democrático Reformista - MDR

De Carmen Leguía, filha do ex-ditador Augusto Leguía (1908/11 e 1919/30), época em que a economia do país abriu-se à penetração do capital estrangeiro. O MDR pode ser definido como conservador liberal; e defende uma constituinte com reformas.

União Nacional Odríista - UNO

Criado pelo ditador Manuel Odría (1948/56), agrupa um punhado de entusiastas de "governos fortes". É oligárquico, como os dois anteriores, e não tem espaço, nem linguagem, nem capacidade de mobilização para se ampliar. Em termos de representação de classe, estes três partidos, todos criados por ex-presidentes (ou ditadores) peruanos, são muito parecidos. Prevê-se que obterão votação inexpressiva. São, também, considerados os "fósseis" da política peruana.

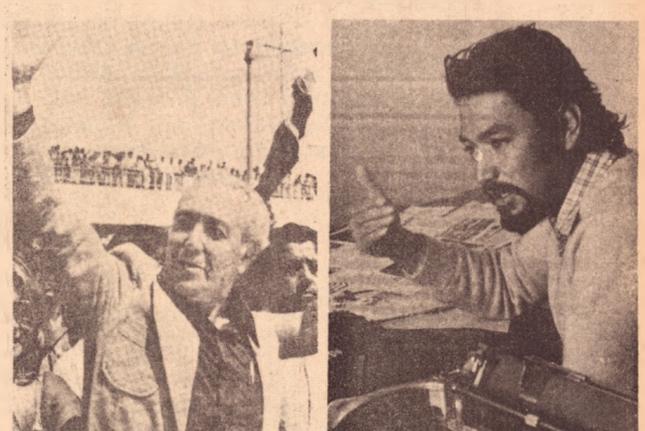
Frete Nacional de Trabalhadores e Camponeses - FENATRACA

Criada por um dirigente radical populista, ex-deputado da região de Uno, no sul do Peru, onde tem sua principal base de apoio. O PPC, cisão de direita da democracia-cristã, e a Ação Popular - AP, de Belaúnde Terry (presidente populista anterior a Velasco) representam a opção dos grupos financeiros, defensores abertos da empresa privada e do capital externo. A AP, no entanto, após haver preenchido as exigências para participar da Constituinte, desistiu, denunciando falta de garantias para as eleições, exigindo a devolução imediata do poder aos civis e argumentando que a situação de crise do país não se resolveria com uma Constituinte. O partido uniu-se à Marinha (a área militar mais conservadora), tentando um golpe de Estado e conspirando abertamente, no que fracassou. A AP já perdeu seu antigo discurso populista. Quem capitalizará seus votos, agora, será o PPC.

Fundado em 1930 por Víctor Raúl Haya de la Torre. Com vocação latino-americana e terminologia marxista foi, na sua época o partido mais popular do Peru. Fraudes eleitorais e golpes militares o impediram de chegar ao governo. Seu anticomunismo irracional, as sucessivas traições aos seus princípios originais e seu alinhamento com a política norte-americana fizeram diminuir seu prestígio popular. Vinculado à CIA, é partido também de bases na "classe média", caracterizado como "direita moderada". Como atualmente os militares não têm base de sustentação própria, vem-se cogitando, há algum tempo, de uma provável aliança com a APRA que, de todos, é considerado o partido de maiores possibilidades eleitorais.

Partido Popular Cristiano - PPC

Ultra-direita, dirigido por um ex-prefeito de Lima, Luis Bedoya Reyes, agente do capital financeiro



O presidente do PSR, Leonidas Rodríguez Figueiroa, quando retornava a Lima, após o primeiro exílio no dia 16 de abril. Bermúdez o exilou de novo. Manuel Manrique, na redação do EM TEMPO.

Legitimidade burguesa e mobilização popular

Quinze dias após a greve geral de maio - e a menos de dez dias das eleições para a Constituinte - a situação no Peru mostra-se cada vez mais tensa. De um lado, os militares "garantem a realização das eleições", já adiadas uma vez; de outro, prosseguem com a política de repressão ao movimento popular, exilam (outra vez!) os elementos "incômodos" que haviam retornado ao país, demitem "professores acusados de subversão e dissolvem à bala manifestações camponesas. No campo popular, o PC, que durante anos manteve ilusões acerca da "Revolução Peruana", defende o adiamento das eleições, para "evitar que os partidos reformistas sejam beneficiados pela situação". Como se a "situação" não houvesse sido criada pelos próprios militares peruanos. Como se a realização de uma Constituinte nesses moldes, acompanhada pelo aumento da repressão sobre o movimento operário e popular, não fosse justamente uma tentativa arriscada de soldar novamente a aliança dos setores dominantes da sociedade, comprometida pelo caos administrativo do regime militar.

Esta constatação, entretanto, não deve conduzir a conclusão rápida de que a Constituinte peruana seja algo "burguês", intrinsecamente negativo. Na verdade a campanha, com o livre acesso dos partidos de esquerda ao rádio e televisão, veio alargar o espaço político existente na vida social, chamar as massas à mobilização em torno de seus próprios interesses. Os efeitos dessa mobilização se fizeram sentir, nas barricadas de Lima e outras cidades, nos dias (22 e 23) da greve geral de maio.

Em segundo lugar, foram em boa parte as violações dos partidos de esquerda com relação ao regime militar (e que em parte subsistem) que deram à burguesia a bandeira da Constituinte. Durante anos, setores fundamentais da esquerda viram, nos militares peruanos, todos os matizes do "anti-imperialismo". Agora, defrontados com o fato político da desmoralização do esquema militar, para a condução dos interesses dominantes da sociedade, não é de estranhar que se vejam em dificuldades para adotar uma posição "consequente". O PC é apenas mais sincero em seu reformismo, em relação a outros setores da esquerda, quando pede aos militares que "não deixem a burguesia se beneficiar da situação". No fundo, a ilusão é a mesma.

O Peru aparece, deste modo, como um país profundamente dividido, onde as massas se mobilizam, mas no qual a esquerda não tem condições de apresentar uma alternativa própria, de classe. Assim, não será surpresa se a direita conseguir a maioria nas 100 cadeiras da Assembleia Constituinte peruana, conseguindo temporariamente nova fonte de legitimidade. Mas é improvável que esta vitória consiga evitar as fissuras no bloco dominante, num país onde se realizam duas greves gerais, acompanhadas de barricadas, no espaço de dois anos. Independentemente da realização das eleições, com a vitória da direita, ou de seu adiamento, como defende estranhamente o PCP-Unidad, pró Moscou, as massas peruanas ainda não disseram sua última palavra. (Carlos Eduardo)

A intervenção militar no Zaire

"Precisa-se, com prática e referências, militares torturadores para as novas agressões imperialistas aos povos da África."

Na prática, está em formação a força interafricana, apoiada diretamente pelos Estados Unidos, França, Bélgica, Alemanha Federal e Itália, apesar de a reunião de Paris ter-se limitado a "garantir o corrupto Mobutu na presidência do Zaire". A França, sem qualquer cerimônia e bem disposta a assumir a linha de frente nas intervenções militares imperialistas, propôs a formalização da "força interafricana, apoiada pelo ocidente", para defender os regimes africanos pro-ocidentais ameaçados pelas lutas de seus povos.

Os Estados Unidos preferiram não formalizar a criação da força, talvez pela lembrança ainda viva na consciência dos latino-americanos do que foi a Frente Interamericana de Paz (FIP), que serviu para a invasão da República Dominicana em 1965. Não por acaso, a força interafricana deveria se chamar também Força Interafricana de Paz.

Na prática, porém, a história é outra: oficializações à parte, os legionários franceses já foram substituídos, na semana passada por forças marroquinas, e as tropas belgas estão saindo do Zaire, simultaneamente à chegada de contingentes do Gabão, de tanques e outros armamentos enviados pelo Egito (que reassumiu a "solidariedade" africana) e de promessas, no mesmo sentido, por parte do Senegal (do poeta Leopold Sédar Senghor), do Togo, da Costa do Marfim e da República Centro-Africana.

Se não é a força interafricana sendo formada, o que é então?

Como manter no poder de um país africano um governo notoriamente corrupto e impopular? No caso do general Mobutu, presidente do Zaire (ex-Congo Belga), a solu-

ção tem sido o envio de tropas pelas potências ocidentais. A recente intervenção militar francesa e belga, com apoio logístico norte-americano, teve por objetivo esmagar a revolta popular na província do Shabva Shaba, no sul do Zaire. O Zaire é uma espécie de celeiro de minerais, cuja exploração é feita por firmas multinacionais, visando o abastecimento da indústria dos países imperialistas. Além disso, o Zaire ocupa uma posição estratégica, uma vez que se situa praticamente no centro da África, constituindo uma barreira entre os países de orientação mais progressista do sul e as regiões leste e oeste do continente onde a dominação econômica imperialista encontra uma menor resistência por movimentos populares.

Na França, as estações de rádio e televisão de propriedade do Estado "prepararam" a opinião pública para a intervenção militar difundindo informações sobre "raptos" e "massacres" de europeus pelos soldados da Frente Nacional de Libertação do Congo. Com o passar dos dias, as primeiras "vítimas" foram chegando à Europa. Suas declarações frequentemente contrariavam a versão dos fatos que serviram de justificativa para a intervenção franco-belga-americana: muitos europeus tinham sido assassinados por soldados do próprio exército regular do Zaire...

Não houve no entanto nenhum desmentido - nem poderia haver - das imagens difundidas pela televisão francesa: soldados belgas e franceses arrombando a porta de casebres, metralhadora em punho; africanos mortos nas ruas de Kol-

wezi, cadáveres empilhados; a expressão de terror de africanos deitados no chão para que soldados europeus confirmem seus papéis de identidade...

Não houve igualmente nenhum desmentido que o comandante das tropas de intervenção franceses, o 2º Regimento de Paraquedistas, era o mesmo Erulin que, tenente-coronel durante a guerra da Argélia (1956-1962), fora identificado como um dos mais temíveis torturadores de argelinos e militantes de esquerda franceses.

No livro *La Question*, editado em 1958, o jornalista Henri Alleg relatou as condições de vida nas prisões francesas na Argélia e as torturas a que eram submetidos os que lutavam pela independência daquele país. Em várias passagens do livro, Erulin aparece no exercício de suas "funções":

"Erulin foi o que entrou por último. Ele se debruçou, me levantou do chão e me encostou na parede. Abriu minha camisa e plantou-se a minha frente, suas pernas mantendo-me de pé. Tirou do bolso do uniforme uma caixa de fosforo, riscou um deles e passou-o lentamente diante de meus olhos. Para ver se eu ainda conseguia seguir a chama e se tinha medo. Depois, com os fosforos, começou a queimar meu peito. "Você também!", disse para um de seus ajudantes. O outro começou a por fogo em tochas de papel, anteriormente preparadas, que me aqueciam a planta dos pés. Eu não me mexia e já não articulava e nemhossom: tinha perdido inteiramente qualquer sensibilidade. E, enquanto Erulin me queimava, eu olhava para ele sem mesmo pes-

tanejar. Furioso, ele começou a me dar socos abaixo da barriga e a gritar: "Você querria que eu desse cabo de você logo, não é? Mas "Você está perdido. Perdido. Está entendendo? Vai falar ou não vai? Você querria que eu desse cabo de você logo, não é? Mas não vai ser assim, não. Você ainda não sabe o que é sentir muita, muita sede! Vai ver como é que se morre de sede!"

Andrieu, redator-chefe do jornal *l'Humanité* leu esse parágrafo do livro *La Question* durante um dos programas de maior audiência da televisão francesa. O apresentador tentou imediatamente mudar de assunto, mas a incômoda denúncia já estava lançada diante de dezenas de milhões de espectadores. Vários jornais de esquerda retomaram o problema, todos desafiando Erulin a negar a denúncia. E, afinal, não houve nenhum desmentido. O que não impediu que o Ministério da Defesa Nacional decidisse processar aqueles jornais por estarem revolvendo crimes já "perdoados" pelo Estado: em 1962, o governo De Gaulle concedeu anistia aos torturadores da guerra da Argélia.

Vinte anos depois de publicado *La Question*, as antigas metrópoles europeias já não tentam mais esmagar militarmente a luta dos povos africanos pela independência política. Formalmente, já não existem colônias na África. Continuum, no entanto, governos formados por homens africanos, mas inteiramente ao serviço dos interesses dos grandes grupos econômicos europeus e norte-americanos. E para tentar novamente esmagar a reação popular, os governos imperialistas enviam uma vez mais suas tropas comandadas por torturadores com "prática e referências". (De Paris)

LUNDI 5 JUIN - 18 h 30
DE LA NATION A LA BASTILLE
MANIFESTATION
O MANIFESTO

Com este manifesto, o Partido Comunista Francês e a Juventude Comunista mobilizaram uma manifestação ocorrida no dia 5, em Paris, em defesa do povo do Zaire e contra os planos imperialistas de formar uma "força agríca de intervenção"

"Segunda-feira próxima, terá lugar em Paris, por iniciativa de Giscard d'Estaing depois de um acordo com Carter, uma conferência reunindo seis países da Aliança atlântica: Estados Unidos, Alemanha Ocidental, Inglaterra, Canadá, França e Bélgica, cujo objetivo é o de criar uma força de intervenção na África.

Este empreendimento é perigoso e grave. Exprime a vontade das forças neocolonialistas de reprimir as lutas dos povos que conhecem a miséria e a fome contra dirigentes detestados e corruptos. Visa preservar a dominação dos crustes multinacionais sobre os recursos deste continente. Poderá desembocar em conflitos de consequências imprevisíveis.

A responsabilidade do poder giscardiano neste empreendimento é particularmente pesada. Com suas intervenções militares no Saara, no Tchad, nas Ilhas Comores, no Zaire, tornou-se a ponta-de-lança da Aliança atlântica. Já, assim, um novo passo, de uma extrema gravidade, na "re-otização" da França. Esta política põe em questão as condições de segurança do corpo de colaboradores técnicos franceses, segurança que passa pelo respeito da soberania dos povos e da não interferência em seus assuntos internos

Trabalhadores manuais e intelectuais, democratas, patriotas, jovens, a hora é chegada de retomar o combate contra o colonialismo.

O Partido Comunista Francês e o Movimento da Juventude comunista chamam a uma manifestação, segunda-feira, 5 de junho, às 18:30 horas, do bairro de Nation até Bastille.

Eszo a interven... giscardiano, na África!

-Não a conspiração colonialista Giscard-Schimidt-Carter!

-Não à volta da França à OTAN!

-Não à aventura militarista!

-Amizade e cooperação com os povos da África!

-Liberdade para os povos africanos!

Apolônio de Carvalho defende a anistia ampla e irrestrita

Apolônio de Carvalho, hoje com 66 anos, foi um dos presos políticos libertados e enviados à Argélia em dezembro de 1970 em troca do embaixador alemão. Após participar do levante de 1935 no Brasil partiu para a Espanha em 1937 onde lutou nas brigadas internacionais durante a Guerra Civil Espanhola. Após a derrota, refugiou-se na França e ingressou na Resistência Francesa. Participou da tentativa de libertação dos presos em Baumettes e organizou a revolta dos iugoslavos e integrantes do exército alemão em Villefranche-de-Rouerge. Participou ainda da libertação de Carmaux e de Alibi e da insurreição de Toulouse. Recebeu a medalha da Resistência, Cruz de Guerra e Legião de Honra. Nesta carta a EM TEMPO, defende a anistia plena e a libertação imediata de presos, "que combinam-se à reivindicação das liberdades políticas, de manifestação e organização".



"Ao EM TEMPO:

A anistia ampla, geral e irrestrita é uma das mais caras tradições de nosso povo. E está presente em toda a nossa história.

Nos últimos 10 anos, ela volta a compor-se e a definir-se como aspiração crescente de camadas amplas da população. Como tradição popular, traz consigo, desde o início, um potencial rico e poderoso de mobilização. Mas não dispõe, no período inicial, de expressão própria e organizada, com objetivos concretos adaptados à nova realidade política do país. Apenas em 1974-75 ela vem ao debate da opinião pública, através de iniciativas e gestões pioneiras da Ordem dos Advogados (OAB) e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

A partir daí, seu desdobramento vai fazer-se em ritmos crescentes, passo a passo com a configuração da oposição democrática à ditadura militar, as novas lutas reivindicativas da classe operária e a reanimação do movimento popular. Ainda em 1977, sua luta engloba áreas amplas de movimentos estudantil, a Associação Brasileira de Imprensa, a Comissão Justiça e Paz, os setores e alas jovens do MDB, as entidades de professores, um número crescente de oposições sindicais.

Com os Comitês 1º de Maio, que de São Paulo se propagam rapidamente a vários Estados, ela vai desdobrar mais ainda sua significação política e sua característica de reivindicações populares. As bandeiras de anistia plena e, em particular, a exigência de libertação imediata dos estudantes e operários presos em 1977 em São Paulo e Santo André, combinam-se estreitamente, sob a repressão policial as comemorações de 1º de Maio, à reivindicação das liberdades políticas, de organização e manifestação.

Mais recentemente, em fevereiro último, a criação do Comitê Brasileiro pela Anistia, apoiado nas entidades pioneiras e em numerosas outras organizações, reafirma e eleva a novos níveis sua influência e força de mobilização. Confirmam-se e precisam-se a amplitude e a coerência de seus objetivos, seu caráter de luta consequente por uma anistia ampla, geral e irrestrita, aberta a todos as vítimas da legislação repressiva em vigor; e, em primeiro plano, das leis celebradas que configuram, a partir de 1964, o estado de exceção instaurado no país.

Ato político

Com esse caráter e esses objetivos precisos, a bandeira da anistia ultrapassa os marcos das aspirações puramente humanitárias, dos gestos de congoçamento interno e das soluções intermediárias e parciais. Assume sua condição de ato eminentemente político, chamado a extinguir o conteúdo e os efeitos de todas as penas impostas sob a legislação e os instrumentos de repressão vigentes; a silenciar e a revoar todos os processos instaurados; e a beneficiar, sem restrições, a todos os presos políticos, aos banidos e exilados, aos atingidos pela cassação de seus direitos políticos ou destituídos de seus mandatos de representação popular. Ela se insere assim, de corpo inteiro, na mais pura tradição política e jurídica nacional, permanentemente infensa a quaisquer condicionamentos ou discriminações.

Ela reflete essa tradição também sob um segundo aspecto: sua afirmação e seu desdobramento acompanha a mobilização em curso pelos direitos humanos e pelas liberdades políticas essenciais. Nesse contexto amplo, a bandeira de anistia tem o papel de um novo pólo específico de unidade no repúdio a todos os instrumentos e meios de repressão em vigor. Essa convergência explica-se, antes de tudo, pelo inconformismo crescente de nosso povo face à ditadura militar. Pelas crônicas condições de insegurança que envolvem amplos setores sociais, em particular nas esferas do trabalho e do ensino, da imprensa, da cultura, da informação. Pelo caráter indiscriminado que assumiu a repressão policial-militar e que, ainda hoje, se

disfarça mal sob uma repressão seletiva igualmente fria e cruel. E, a seguir pelo caráter amplo, geral, irrestrito, da anistia que se chama a conquistar. Só esse caráter amplo e irrestrito pode abrir bases concretas e duradouras para a eliminação dos erros, das arbitrariedades e dos crimes cometidos contra os direitos humanos, contra o conjunto de nosso povo, suas liberdades e suas conquistas sociais. Só ele assegura, com a amplitude de seu programa, a definição dos objetivos imediatos e das escalas parciais.

Libertação dos presos

Antes de tudo, a correção das arbitrariedades de todo tipo cometidas à sombra das leis de exceção e a abolição de todas as punições de caráter político dos anos recentes; a libertação de todos os presos políticos; o retorno de todos os exilados e banidos. Sua conquista está ligada, inicialmente, à supressão das leis celebradas de caráter antidemocrático e antipopular: da nova edição da Lei de Segurança Nacional (criada já em 1934) aos Atos Institucionais. E à abolição de seus elos setoriais, específicos, tais como o decreto - lei 477, a censura à imprensa e a todas as áreas de cultura e criação, a lei orgânica dos partidos políticos.

Para que essas conquistas constituam, efetivamente, um fator duradouro de restauração de condições de segurança para o conjunto do povo, devem acompanhar-se, ao mesmo tempo e necessariamente, da desativação crescente do aparelho repressivo da ditadura, do desmantelamento contínuo de suas bases de sustentação. E, em primeiro plano, da punição dos torturadores e agentes diretos dos crimes cometidos.

Por isso mesmo, o movimento pró-anistia não constitui uma aspiração ou um combate isolado. Ele é componente e parte integrante do processo democrático, e em particular do movimento operário e popular sobre o qual recai o peso de uma legislação repressiva cujos efeitos abrangem não apenas a área política, mas também a esfera econômica agravadas nos textos das constituições de 1967 e 1969; a lei eleitoral e a exclusão política da imensa maioria da nação; o voto à liberdade de organização e manifestação para as massas trabalhadoras da cidade e do campo; a continuidade e o caráter intocável da CLT, o "AI-5 da classe operária"; a estrutura sindical corporativa e o fosso aberto entre as entidades sindicais e a ação centralizada, o contato com a massa das empresas e a atividade político-partidária independente; o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e as novas cadeias da "rotatividade"; a institucionalização to da recente da super-exploração do trabalho dos menores; a situação desigual da mulher trabalhadora, no plano geral e nas esferas da produção.

Prática contínua

A continuidade e o agravamento dos instrumentos e da prática repressiva constitui, assim, uma das marcas essenciais da política da ditadura militar e das forças de classe que representam sua base social. O regime instaurado em 64 tem por função prioritária assegurar, através da coação e da violência, a aplicação contínua das novas formas de acumulação que o caráter prolongado da crise econômica torna sempre mais prementes e atuais. Seu balanço de 14 anos é, nesse sentido, particularmente expressivo: milhares de militares expulsos das fileiras; cerca de quatro mil funcionários aposentados sob os atos institucionais; centenas de cidadãos privados de seus direitos políticos; 12 mil brasileiros exilados; 127 banidos, "condenados" a não voltar ao país. E, como fecho trágico, 200 cidadãos assassinados, seja sob o frio fuzilamento seja sob torturas, nas prisões.

Trata-se, ainda, de uma enunciação parcial. Ela deve ainda incluir os camponeses pobres expulsos de suas terras, os despejos sem conta, os estudantes expulsos das escolas e faculdades, o exílio de professores e cientistas, as prisões arbitrárias, os sequestros de professores e jornalistas, as apreensões de livros e jornais, a repressão às greves operárias e manifestações.

Trata-se, também, de uma prática contínua e ainda atual, não obstante as aparências e as promessas oficiais. ("O arbitrio persiste, integralmente, tal como há 10 anos, quando da assinatura do AI-5" - assinala o presidente da OAB. "Institucionalmente, nada existe para impedi-lo. Não há garantias jurídicas no país".

E os fatos aí estão para comprová-lo. Continuam as prisões arbitrárias e os sequestros, a prática de torturas. E, num desprezo sem nome pela Justiça e pelo povo, os processos e julgamentos "à revelia" de acusados já assassinados, há vários anos pela polícia do Exército, ou retidos expressamente em esconderijos da polícia e das Forças Armadas; prisioneiros políticos guardados em sigilo, durante anos, antes de serem levados aos tribunais; o isolamento e a punição arbitrária e complementar de certo número de prisioneiros políticos; e a farsa trágica dos presos políticos assassinados e apresentados como "desaparecidos", nas versões oficiais.

Revisão ou mistificação?

Não é de estranhar, assim, o voto frio da ditadura militar à anistia, sob qualquer de suas formas. A pressão crescente e organizada da opinião pública força, no entanto, a busca de fórmulas e aparências de solução. Tal a revogação do artigo 185 da Constituição, que proibe qualquer atividade política e filiação partidária aos que tiveram cassados seus direitos políticos. Tal a revisão das punições instauradas depois de 1964. Ela equivale a uma mistificação grosseira e elemental. Não apenas porque "uma revisão desse gênero não cabe" - segundo o vice-presidente do Superior Tribunal Militar - "nas esferas vigentes da Justiça, regular ou de exceção". Mas antes e acima de tudo, porque guardaria, intacto, todo o arsenal da legislação e dos instrumentos de repressão existentes.

Aqui se situa, em toda a sua evidência, a profunda incoerência das teses conciliadoras à anistia parcial. Não levam em conta o conteúdo de classe da ditadura militar e o centro da política das classes dominantes: a decação de seus instrumentos de política e de intervenção das massas populares, sob os projetos políticos de "institucionalização" do regime e a continuidade da legislação repressiva, em parte já sob nova roupagem, através de "salvaguardas adequadas" e da cobertura constitucional; e, dentro desse contexto, a prorrogação das medidas antidemocráticas contidas nas emendas à Constituição de abril de 1977 e o alcance limitado das "reformas políticas" em gestação.

As teses de anistia parcial se põem também à margem de toda a tradição política e jurídica nacional. Ela não admite o mínimo traço de condicionamentos ou restrições. E beneficia regularmente, em todos os exemplos de nossa história, aos militantes políticos envolvidos na luta armada ou em sua preparação. Foi assim, para não citar mais que exemplos recentes, em relação às rebeliões militares dos anos 20, aos implicados na guerra civil, sob bandeiras constitucionais, de S. Paulo, em 1932; às insurreições armadas de 1935; ao levante militar de Aragarças, em 1956.

Ao mesmo tempo, elas fogem à essência social e política das questões em debate. Estas não se limitam à visão seletiva de um ou outro grupo de pessoas, mas à análise dos "crimes políticos" de que são acusa-

dos. E ou não legítima, legal e necessária a luta pelos direitos humanos e pelas liberdades essenciais? Pelo direito ao trabalho, ao estudo, à cultura, à informação? Contra as leis de exceção antidemocráticas e no quadro da produção? Pelo direito à terra que se trabalha? Pela soberania nacional, contra o imperialismo? Pelo processo contínuo das conquistas e transformações democráticas, no sentido dos interesses e das aspirações das grandes massas de nosso povo? Reconhecê-lo, é apenas reconhecer os direitos e os deveres e as responsabilidades dos cidadãos em geral, e dos militantes políticos a serviço das massas populares, em particular.

Classe operária

A luta pelos direitos humanos e pelas liberdades essenciais é a característica fundamental dos presos políticos. Dos que se encontram no exílio, a maioria tendo deixado o Brasil sob o peso das condições de insegurança criadas pela ditadura no estudo do trabalho, da pesquisa, da criação. Dos que nos encontramos nas condições de banidos - e que prolongamos, como revolucionários as aspirações comuns de liberdade e democracia, sob a luta de classe do proletariado, até seus objetivos finais, ao socialismo e ao comunismo. É uma luta que vem de longe, com a mesma legitimidade: pela ampliação das liberdades, em 1935; contra o regime de ditadura e o "Estado Novo"; em 1937; contra o nazifascismo e suas guerras de conquista, de 1940 a 1946.

Resta a tese da "anistia recíproca", consciente ou inconscientemente, ela conduz a nivelar o povo e seus opressores; o mandato popular e o sistema representativo - e o regime de força e o Poder usurpado; a democracia e a ditadura militar. Ao mesmo tempo, fecha os olhos à nossa experiência recente. Não punir os torturadores significaria estimular e preparar bases à renovação de seus crimes. E mantê-los, sob a mesma correlação de forças, em condições de serem utilizadas novamente e as mesmas funções, contra as forças populares. Como em 1935 e 1937, em 1945 e, em certa medida, em 1968-71.

Significaria, em 2º lugar, estimular e ampliar o campo e as possibilidades de ação das organizações terroristas paralelas. Em essência, os torturadores constituem a base e a fonte fundamentais dos CCC, no Brasil, das AAA, na Argentina e de seus homólogos na América do Sul. Trazem-lhes os quadros, a experiência, as estruturas. O terrorismo oficioso substitui-se ao terrorismo oficial.

O movimento de anistia tem, hoje, bases iniciais relativamente amplas, com claras perspectivas de ação: núcleos próprios, estruturados e combativos, como o comprovam as iniciativas de suas entidades, áreas de influência, e a organização; um programa justo, amplo e concreto, - a anistia geral e irrestrita, sem condicionamentos - que lhe abre um campo crescente de mobilização; uma frente organizada de articulações de forças e de ação comum. Não constitui uma iniciativa isolada; procura ligar-se às reivindicações amplas e sentidas da imensa maioria da população.

Sua força inicial provém da amplitude de suas bases e de suas atividades; e da tradição política e jurídica que seu caráter e seu programa procuram refletir.

Seus novos avanços e conquistas estão, condicionados à firmeza de seu combate, à sua legitimidade, à amplitude crescente de suas forças. E, no quadro geral, ao crescimento contínuo do movimento democrático, aos avanços do movimento autônomo de massas, aos novos níveis de experiência política das grandes massas da população. E, à sua raiz, ao papel a que está chamada a classe operária, como centro de resistência à política da ditadura e como núcleo e motor da oposição popular.

Apolônio de Carvalho - Paris

Aparte

Cartas, críticas, sugestões, apartes, etc., para: rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros, São Paulo - CEP: 05415. A redação (por motivo de espaço) se reserva o direito de publicar apenas trechos dos textos recebidos. Mas solicita que os correspondentes façam um esforço para não ultrapassar 50 linhas de texto datilografado, na base de 70 toques por linha. E mais: solicita-se que os correspondentes dêem seus nomes e endereços completos.

Cortem-se urgente os cravos vermelhos!

"Ao EM TEMPO:

País surrealista esse em que vivemos. Se bem me lembro em 64, e não era tão criança, tão mal informada, vivíamos sob uma "democracia liberal", onde as forças sociais lutavam abertamente na arena política em defesa de seus interesses. A coisa pesou um pouquinho mais pro lado dos "dominados" e os "dominantes" acabaram com a brincadeira democrática. Tiraram do bolso do colete seus terços, tanques, canhões, e gerais e dizimaram sumariamente seus opositores. A proposta era de que não restasse pedra sobre pedra, mas há muita pedra e "sob elas o mar".

Os terços mudaram de mãos (mudaram mesmo?). Os tanques e canhões e gerais já cumpriram sua tarefa, podem ser guardados novamente no bolso do colete, pra qualquer eventualidade. Os "dominantes" dizem preferir o retorno a antiga brincadeira democrática, "aperfeiçoada" é bem verdade. Quem a viabilizará? Como farão a reversão? Um general que tomou o gosto pela vida política? O banqueiro que mais negou a "democracia liberal" que tínhamos? Através de uma Frente Ampla?

Não vejo, realmente, muita diferença. E nisso concordo com Pedro Parreiras, a oposição que se supõe consequente não cabe com essa Frente ou deixará de sê-lo. Entretanto, o movimento frentista que ora se articula fará um grande benefício: obrigará as definições.

No momento em que alterações na correlação de forças, favoráveis minimamente, aos "dominados", passou a exigir definições a nível das intenções políticas dos indivíduos, aqueles cujas posições pareceram progressistas na conjuntura imediatamente anterior, poderão deixar de sê-lo. Começa-se a saber quem é quem: com quem está o terço, com quem os canhões, de quem os partidos, para quem as propostas. E a gama invertevermente nuancada do que se convencionou chamar "as esquerdas brasileiras" terá de explicitar suas reais posições, depurando-se, finalmente, o amplo espectro oposicionista.

Chico Pinto

Essa extensa digressão vem a propósito da entrevista com Chico Pinto (EM TEMPO nº 13), antigo oposicionista cuja atuação chegou a merecer rasgados elogios de "todas as esquerdas" (episódio Pinochet), agora convicto de que "a maioria dos militares hoje são democratas".

A Nação (gostaria de saber quem é essa senhora), exige a "democracia liberal" e os militares não poderiam ficar imunes ao que ela pensa, diz C.P., iniciando o bestialógico de sua entrevista onde não faltam rasgos de incoerência, como quando tenta resolver a contradição por ele mesmo criada: maioria militar democrática - ditadura militar. Para explicar porque permanecemos numa ditadura militar apesar de termos uma ampla maioria de militares absolutamente democráticos, apela para os "condicionamentos da instituição militar" com sua hierarquia, disciplina e tal, não explicando como esse mecanismo deixaria de repente de atuar.

C.P. considera que "regimes ditatoriais só podem ser superados pela força ou então por uma organização da sociedade com uma base militar fortalecida de tal forma que leve o governo ao recuo". Em primeiro lugar, o governo, no caso, é também militar e com base. Então pode-se supor que a proposta sugere um enfrentamento, pelo menos político, entre frações do exército como única forma de superação da ditadura. Nessa arena política só há espaço para as frações dominantes e seus representantes. As forças sociais dominadas não entram no cálculo político de C.P., ou pretenderá atrelá-las ao projeto político da Frente? Concorde, Pedro Parreiras, também já vi esse filme.

C.P. confessa que não conhece as "posições do general em relação a questões econômicas e sociais", apesar disso, é muito otimista supondo-o um "autêntico democrata" apenas porque o general defenderá os interesses da Frente. E o que significa no caso, ser um autêntico democrata? O general falou que defenderia incondicionalmente "os interesses que a Frente defendesse" e não que defenderia os interesses da maioria desse nosso maltratado povo. Pergunto ainda, quando o banqueiro Magalhães Pinto, um dos principais frentistas, defendeu interesses que não os de sua classe? O sr. C.P. chega ao cúmulo de preocupar-se com as conversas que estão surgindo de que o general Euler seja visto como socializante: "muita gente acha que o Euler está muito à esquerda". A paranoia que assola o país é grande, mas assim já é demais. Cortem-se, urgente, todos os cravos vermelhos! (Considero absolutamente oportuna essa entrevista, prossigam. Um abraço.)

Patricia de Freitas - São Paulo

"Custo de Vida" apóia as greves

O Movimento do Custo de Vida, importante pólo aglutinador dos setores da periferia de São Paulo que se mobilizam contra a carestia, decidiu apoiar o movimento grevista iniciado no ABC e que hoje se expande nos municípios de São Paulo, Osasco e outros. Eis a íntegra do manifesto de apoio:

No dia 12 de março deste ano, o Movimento do Custo de Vida lançou um grande Abaixo-Assinado contra a carestia, com a participação de mais de 7 mil pessoas. Naquele dia, reivindicamos das autoridades federais:

- Congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade;
- Aumento dos salários acima do aumento do custo de vida;
- Abono salarial de 20% imediato e sem desconto, para todas as categorias de trabalhadores.

Isto, para que pelo menos, fossem diminuídas as dificuldades econômicas das famílias trabalhadoras.

Apesar das nossas reivindicações serem as mais justas, os Ministros se apressaram em dizer que seria impossível atender às reclamações do povo. Não desanimamos, e continuamos de pé e mais firmes em nossa luta. E a cada dia, mais e mais trabalhadores e donas de casa assumem a luta contra o custo de vida, porque sabem que a política salarial do governo é incapaz de dar ao povo as mínimas condições para uma vida digna e satisfatória.

Hoje no Brasil, os operários trabalham mais e recebem menos porque a política oficial visa simplesmente dar lucro às grandes empresas, desvalorizando cada vez mais o trabalho operário e lançando ao desemprego milhares de trabalhadores.

Portanto, neste mês de maio, em que

os operários do ABC se manifestam pacificamente pelo respeito aos seus legítimos direitos, e particularmente pelo aumento de seus salários, o Movimento do Custo de Vida vem dar a todos eles o seu total apoio e solidariedade.

Não foi surpresa que o Tribunal Regional do Trabalho declarasse ilegal o movimento dos trabalhadores do ABC, assim como também os Ministros se negaram a atender às reivindicações do Movimento do Custo de Vida. Todos sabem que a luta é justa e legítima.

- Apoiamos a justa reivindicação de 20% de aumento dos salários dos trabalhadores do ABC;

- Apoiamos a luta pelo não desconto dos dias parados;

- Apoiamos a luta pela não dispensa dos operários que participam das paralisações nas fábricas.

E ainda, estendemos a nossa solidariedade aos companheiros do ABC, divulgando as suas lutas e colocando-nos à sua disposição para o fortalecimento do movimento por melhores salários e melhores condições de vida e trabalho.

Na certeza de que a luta dos operários é também a nossa luta, pedimos a todos que apoiem o Movimento contra a carestia e que lutem por melhores condições de vida, para que apoiem decididamente os operários do ABC.

Coordenação do Movimento do Custo de Vida

QUANDO A FÁBRICA MATA

Acidente de trabalho faz mais uma vítima numa fábrica em São Paulo. "Não se joga serragem em cima do sangue humano e continua o trabalho como se nada tivesse acontecido", reclamam os empregados.

E respondem com uma greve.

O acidente de trabalho que causou a morte do operário José de Oliveira, 40 anos, lixador da empresa Caio, uma fabricante de carrocerias de ônibus, estava destinado a ser apenas um número nas estatísticas do INPS. Afinal, nada menos que três pessoas morreram por dia no estado de São Paulo e estes episódios já fazem parte da rotina das fábricas. No ano passado, por exemplo houve 689.270 acidentes, dos quais 1.108 foram fatais. Mas desta vez foi diferente. Os 1.300 trabalhadores da firma abriram greve e 800 deles, no dia seguinte, compareceram ao seu enterro para prestar uma homenagem.

Como fazia há dois anos, José de Oliveira deixou de manhãzinha sua casa, na Vila Piracicaba, na periferia de São Paulo, para trabalhar na Caio, no último dia 2, sexta-feira. Pegou serviço às 7h, com a chapinha de identificação 0193 e óculos de segurança. Em cima de um pequeno carro, ia lixando as colunas de um ônibus, preparando-o para entrar na câmara de pintura.

Não terminou sua tarefa nesse dia. Poucos minutos depois, de começar, ocorreu o acidente de trabalho, conforme relata um dos seus colegas de seção, presente no momento: "Quando olhei de lado, vi um outro ônibus, que antes estava estacionado no alto de uma rampa, descendo descontrolado, à toda velocidade, sem ninguém no volante. Eu gritei muito - olha o carro, olha o carro! Quando ele foi dar fé e olhou para mim, o ônibus pegou no carrinho que ele estava trabalhando em cima. Foi tipo uma rasteira, jo-

gou o carrinho pra trás, ele caiu de lado. Deu a conta certinha da roda de trás passar em cima da cabeça.

Minha sensação foi terrível. Fiquei meio abobado, meio louco, meio atropalhado. Se eu pudesse, acabava com aquele ônibus na hora".

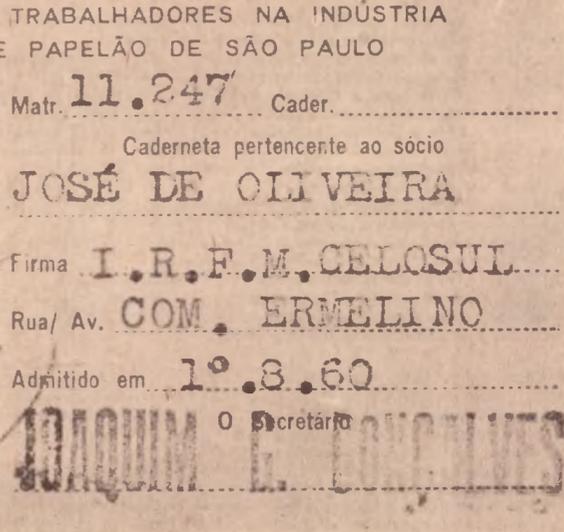
Um outro empregado da firma completa a descrição: "Juntou umas vinte pessoas em volta, pegaram nele e ainda estava respirando, o sangue ainda estava quente e espirrava pra tudo quanto é lado. Carregaram para a ambulância da empresa, mas acho que nessas alturas já estava morto".

"Morreu um operário, e não um porco".

A reação dos companheiros de José de Oliveira, foi imediata, segundo o relato de um dos operários entrevistados no enterro: "os diretores da firma e alguns encarregados mandaram retirar todo mundo dali para trabalhar, mas os próprios colegas do rapaz se agruparam dentro de um ônibus e falavam quenão iam trabalhar".

A notícia correu de seção em seção: "Todo mundo ficou impressionado, havia pouca vontade de trabalhar. A gente olhava na cara de todo mundo e via que tava meio triste, não havia condições de fazer qualquer serviço", lembra outro empregado que também esteve no enterro.

Um dos funcionários da Caio conta que na hora "sentiu aquele choque, mas o fato não me calou fundo". Ele estava lavando a caneca



para esquentar o leite, pois era logo cedo, e no banheiro entrou um dos que havia carregado o corpo de José de Oliveira: "o amigo estava ali para lavar o sapato sujo de sangue. Abriu a torneira, escorreu a água e bateu o sapato, passou a mão naquele sangue. Ai me deu um nó na garganta daqueles".

Ele deixou a caneca, foi para sua seção e não conseguiu trabalhar, até que outro rapaz aproximou-se e disse que era preciso fazer alguma coisa: "Foi então que eu respondi -

conta o funcionário - que realmente era preciso fazer alguma coisa, pois a turma estava trabalhando. Morreu um operário e não um porco. Não se joga serragem em cima do sangue humano e continua o trabalho como se nada tivesse acontecido". Pouco depois, ele foi conversando com outros da seção, o do maçarico, o soldador, o serralheiro, um a um. Todos iam topando paralisar. "Mas depois eu já não estava mais aguentando e ai fui mandando parar: pára, pára isso aqui, pára isso ali, vamos parar! Eu falei: isso não foi um acidente simples, isso aqui foi uma tragédia. E pra nós, um operário, um amigo de trabalho é um irmão da gente, nessas horas vamos esquecer tudo, pois é um irmão da gente".

"Não queremos futebol"

Por volta de dez horas da manhã, quase três horas após a morte, a Caio estava toda paralisada. No refeitório houve então uma reunião de todos os empregados com a diretoria. O Relações Públicas da firma subiu numa mesa e disse estar surpreso com a paralisação da fábrica e queria saber o motivo.

A impressão causada num dos operários foi esta: "Poxa, o motivo tava escrito no rosto de todo mundo. No rosto de cada um se percebia a angústia, tinha gente chorando. Mesmo as pessoas mais fortes você percebia que estavam tremendo", não tinha condições de trabalhar. Todo mundo então se calou. Tive vontade de subir na mesa e dizer pra ele que era cinismo falar aquilo, com a inteligência que ele tinha, e com o estudo dele", recordou ele.

Um dirigente da Caio argumentou que aquela paralisação ia causar um prejuízo de dois milhões de

cruzeiros, mas que a produção daquele dia seria recuperada na semana seguinte com a intensificação do trabalho. Entre os trabalhadores, não colou uma tentativa de comparar a morte de José de Oliveira com a do fundador da empresa, "quando todo mundo trabalhou em homena-

gem a ele". Ao perceber que os operários estavam decididos a continuar mesmo a greve, a direção da Caio procurou esvaziar o conteúdo do movimento liberando-os daquele dia de trabalho, sob a argumentação de que "hoje é sexta-feira e vocês vão assistir um futebol". Mas a resposta foi uma só: "nós não vamos assistir futebol, nós paramos porque morreu um amigo nosso e um pai de família", reafirmaram os operários, juntos. A empresa disse finalmente na reunião que ia ceder transporte para que todos pudessem comparecer ao enterro no dia seguinte.

Pela porta da cozinha a longa fila de visitantes entrava lentamente e ouvia o desabafo dos familiares: "Por que ele foi trabalhar ontem?", queixava-se uma parente. Em meio aos soluços, rastejaram de passos, coroas de flores e quatro castiçais de velas, o corpo de José, com o rosto visivelmente esmagado, num quarto sombrio, a despedida dos companheiros de fábrica.

Às 11h em ponto saiu o enterro. Um cortejo que percorreu uns 200 metros até o início do asfalto, onde o carro funerário e os quinze ônibus aguardavam. No Cemitério da Saudade, alguns minutos dali, a aglomeração de 800 operários da Caio rendeu em silêncio a homenagem a José de Oliveira, vítima da falta de segurança no trabalho.

(Flaminio Fantini)

ACIDENTES DE TRABALHO EM 1977

A Coordenação Regional de Acidentes de Trabalho do INPS distribuiu recentemente o seguinte levantamento estatístico, por ocasião da 27ª Semana de Prevenção de Acidente do Trabalho realizada em São Paulo

	Brasil	São Paulo
Acidentes típicos	1.562.957	661.944
Doenças do trabalho	3.013	2.082
Acidentes de trajeto	48.780	25.194
Total de acidentes registrados	1.614.750	689.270
Média de acidentes por dia útil	5.294	2.260
Acidentes sem afastamento	206.506	124.024
Incapacidade Temporária	1.397.912	548.667
Incapacidade Permanente	34.415	15.480
Morte	4.445	1.108
Total de Acidentes liquidados	1.643.298	689.279

A CONCENTRAÇÃO EM SÃO PAULO

índices em 1977	
Acidentes típicos	43%
Doenças do trabalho	70%
Acidentes de trajeto	52%
Total de acidentes registrados	43%
Média de acidentes por dia útil	43%
Acidentes sem afastamento	60%
Incapacidade temporária	40%
Incapacidade permanente	45%
Morte	25%
Total de acidentes liquidados	42%

Pouco espaço, muita produção.

O que causou a morte do operário José? A falta de segurança no local de trabalho, respondem seus colegas de firma.

Embora, nas rodas de conversa durante o velório, os empregados da Caio apresentassem diferentes explicações técnicas para o fato do ônibus ter perdido o freio e descido a rampa, depois de passar por cima do calço de ferro que o segurava, era praticamente unânime a interpretação de que o pouco espaço existente para o trabalho na firma é que era o responsável pelo acidente.

Segundo vários relatos, o local da firma é pequeno e até o ano passado produzia diariamente oito carros de ônibus. "A conta certinha das câmaras de pintura", "Mas depois inventaram lá de subir a produção e aumentou para nove, de vez em quando tem lá até dez carros por dia, e dois são pintados fora da câmara".

Outro depoimento revela que já naquela sexta-feira, José de Oliveira reclamou para os encarregados e para

os representantes da CIPA das condições de segurança do trabalho na firma, "que só quer saber ver de óculos e mais nada: as empilhadeiras passam levando as chapas de ferro quase levando o andaime em que ele estava lixando, e ele reclamou das máquinas, mas ninguém tomou providências", declarou um operário.

Outro reforça esta hipótese: "a bem dizer a segurança que eles pedem lá é a segurança dos óculos, porque tem muito esmeril, muita faísca. Mas é só isso. A segurança da gente mesmo não é olhada. Para dizer sinceramente, o local não é muito seguro para trabalhar, a Caio é muito apertada, apertadíssima, pouco espaço, para muita produção".

O improviso deu-se portando, segundo as entrevistas colhidas, em dois aspectos. O ônibus que desceu a rampa e vitimou José de Oliveira ha-

via sido produzido no dia anterior e não devia estar ali. O ônibus que estava sendo lixado por José também por falta de espaço estava fora de lugar. "pois ali mal é a conta de passar as máquinas que levam as empilhadeiras".

Além disso, como a câmara só comporta os oito ônibus, os dois outros são pintados fora, o que provoca reclamações dos assalariados: "o cara vai cheirando aquela poluição de tinta, vai penetrando, então desgasta fisicamente a pessoa. Quando o cara sai, escarra só tinta". E mais: "Já pensou pintar dois carros fora da câmara só a tinta que dá. Fora os retoques e o fundo, que é mais forte que a tinta, você se sente sufocado, sem ar, coça a garganta, tampa tudo, começa arder as vistas, é fora de série", explica um dos entrevistados.

Denúncia

"Os torturadores me cegaram"

O ex-presos político Milton Coelho de Carvalho, funcionário da Petrobrás, reuniu a imprensa em Salvador e relatou as barbaridades que sofreu nas mãos dos órgãos de segurança.

Em fins de fevereiro de 1976 fomos sequestrados, alguns na residência, outros nos locais de trabalho. Fomos encapuçados e levados a um local ignorado, despídos, vestidos com um macacão, algemados nas costas. Fui espancado dentro do veículo, de um fusca. Três policiais chegaram à minha porta, me chamaram e com um revólver na mão me mandaram entrar no fusca. Os vizinhos viram o fato, chamaram meus familiares para ver o que estava acontecendo e alguns dos vizinhos pediram que os policiais se identificassem.

Eles entraram comigo no fusca, deram partida rápida e aí já começaram a me espancar até o local, onde, depois de me vestirem o macacão, colocaram uma venda nos meus olhos e algemas, me empurraram com a cabeça dentro d'água, tentando me afogar - era como se fosse um tanque. Depois me jogaram no chão, deram muitos pontapés nas costas, uma ficou fraturada. Ai me encapuçaram novamente, amarraram os meus tornozelos de corda e disseram: vamos suicidar esse elemento.

Ai o outro disse: essa corda não dá, é muito grossa, nós não trouxemos a corda fina. Arrastaram-me assim para um canto, encapuçado e aí passei uma semana. Durante esses dias, tomei pontapés nas costas, socos, pancadas na cabeça e choques elétricos nos órgãos genitais, nos dedos e nos cabelos das pernas, com

aparelhos que eram como pregadores de roupa. A isso eles chamavam de "tratamento especial". Uma semana depois me tiraram de lá e me entregaram pela porta da frente do quartel do 28º BC - Batalhão de Caçadores - do Exército, em Aracaju. Durante toda a semana anterior eu fiquei com vendas, capuz, amarrado e algemado. As algemas provocaram profundos ferimentos nos meus pulsos - tenho as marcas.

Ai então, fui medicado. Ainda passei mais oito dias em câmara de torturas e mais seis sem que meus parentes soubessem de mim. A partir do 14º dia passei a receber visita de minha esposa e de meus pais. Durante a primeira semana de torturas eles determinavam o que eu deveria dizer no Batalhão quando fôssemos chamados para fazer o depoimento. Ameaçavam dizendo que se não disséssemos o que eles queriam voltariamos a ser torturados. Ai não houve interrogatório. Era só pra determinar o que a gente deveria dizer.

Queriam nos vincular a atividades subversivas; no meu caso, dentro da própria Petrobrás. Queriam que eu envolvesse outras pessoas, mostravam fotos e diziam nomes pra que a gente dissesse que conhecia.

Eu sempre tive a vista normal. Usava óculos, mas sem problemas. Tanto que trabalhava no serviço burocrático da Petrobrás há quase

dez anos, como encarregado de uma seção de classificação e codificação de material da Divisão de Suprimento, da Divisão de Produção do Nordeste. As lesões na vista foram resultantes da faixa que me apertava e eu pedi diversas vezes pra tirar e me doía. Ai eles me torturavam mais, sadicamente. A faixa era como se fosse de borracha, elástica. Quando saímos da câmara de torturas entramos num Volks, me disseram que me levariam para um hospital. Fizeram diversas voltas no mesmo local, para que não o identificássemos, circulando. Ai ele parou no pátio. Nos desceram e entramos pela porta principal do quartel.

Antes das torturas, dos choques, um médico nos examinou, certamente pra saber se a gente aguentaria, se o coração resistiria aos choques elétricos. Quando chegamos ao 28º BC, depois de uma semana de torturas, fomos medicados. Perdi totalmente a visão, ou senti que a tinha perdido, já no 28º BC. Já vim para a Auditoria Militar, em Salvador, praticamente cego. Assinei os depoimentos pelo tato. Fui libertado aqui na auditoria a 9 de abril de 1976.

O pedido de prisão preventiva foi julgado pela auditoria - e por decisão do juiz auditor fomos libertados. A mesma guarnição do 28º BC que nos trouxe de Aracaju, nos levou de volta e lá fomos libertados. Depois vim pra Salvador. Fiz exa-

mes de corpo de delito no Nina Rodrigues, onde foram constatadas lesões no corpo e estive com um especialista, dr. Pastor, que identificou logo que eu estava com problemas nos olhos. Passei uns 30 dias sendo atendido pelo médico Vespasiano dos Santos que constatou "deslocamento da retina", com rutura gigante. O dr. Vespasiano já me alertou que as possibilidades de eu recuperar a visão eram remotas e me indicou uma clínica de Belo Horizonte - a melhor do Brasil.

Fui a BH onde fui operado a 22 de maio de 1976. Após a primeira cirurgia fiz umas quatro ou cinco fotocoagulações - por isso tive de fazer empréstimos à Petrobrás acima de minhas possibilidades. No dia 22 de junho, outra cirurgia, outras fotocoagulações. Permaneci todo esse período em repouso absoluto. Voltei em dezembro a BH, no Hospital São Geraldo, tentando ainda recuperar a visão, quando o médico constatou que eu estava sofrendo um processo de rejeição do silicone espongioso, que ele implantou, tentando restaurar a minha visão. Ele tentou, então, entre dezembro e janeiro, com aplicações de dezenas de injeções - até no olho - superar a rejeição. Mas no dia sete de fevereiro ele concluiu que era impraticável e extraiu o silicone. Era a única coisa que ele confiava para recuperar a minha visão. Voltei a Aracaju no fim de fevereiro.

A via-cruis de Milton



Milton

Entre os prisioneiros, estavam Milton Coelho de Carvalho, hoje com 36 anos, funcionário da Petrobrás. Há pouco mais de uma semana ele reuniu a imprensa em Salvador e falou de suas via-cruis, da tortura brutal a que foi submetido pelos órgãos de segurança, que lhe provocou, entre outras coisas, a perda total da visão. Milton, hoje, é um homem cego, não tendo sequer visto o seu primeiro filho, nascido após a prisão.

"O Serviço de Relações Públicas da VI Região Militar confirmou, ontem, as prisões efetuadas em Aracaju, de cerca de 12 pessoas, ligadas ao Partido Comunista Brasileiro. O inquérito policial-militar já foi instaurado e alguns dos detidos já foram ouvidos". E assim que o "Jornal da Bahia", de 25 de fevereiro de 1976, noticia a série de prisões ocorrida em Sergipe, que se elevou, na verdade, a mais de vinte pessoas.

No dia seguinte, a VI Região Militar, no mesmo "Jornal da Bahia", dizia que os presos "estão em ótimo estado, tendo assistência médica permanente, pois não temos intenção alguma de prejudicá-los". Tudo solenemente dentro da lei: "dez dias após a prisão eles poderão ver os seus familiares", o prazo fatal da Lei de Segurança Nacional. O que não se conta é o que acontece nesses dez dias.

Foi submetido a exames no Instituto Médico-Legal Nina Rodrigues, de Salvador, e o perito médico-policial, da Secretaria de Segurança Pública da Bahia, Daudete Pastor, confirma a perda da visão, registrando isso num laudo, que também é assinado por Maria Tereza Pacheco de Oliveira, diretora do "Nina Rodrigues". O Conselho de Justiça da VI Circunscrição Judiciária Militar, que abrange Sergipe e Bahia nega pedido do advogado Ronilda Noblat para anulação desse laudo aos autos. Ela, contudo, consegue o original do laudo, que sumiu do Nina Rodrigues e pretende apresentá-lo no julgamento, que vai ser realizado em julho próximo. É um dos poucos casos em que um laudo oficial confirma a existência de uma tortura tão brutal. O comandante da VI Região Militar, em 1976, era o general Adir Fiuza de Castro.

EM TEMPO!